



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

Campus de São José do Rio Preto

ROBERTO GOMES CAMACHO

MEMORIAL

Memorial apresentado ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista – Campus de São José do Rio Preto, como requisito parcial para obtenção do Título de Livre-Docente em Linguística.

São José do Rio Preto

2009

I. O Ego no espelho refletindo a obscuridade do Id

O ÂMBAR, O NÉCTAR

Maria do Sameiro Barroso¹

" *Souvent dans l'être obscur habite un Dieu caché*" Nerval

Há uma pedra fechada em cada rosto,
 uma estrada plana, uma sombra pelo meio,
 um rastro iluminado, um espaço em branco,
 um vazio de memória
 por onde se insinua, em recortes de hera,
 o âmbar, o néctar, uma lira frágil,
 o aroma das violetas atravessando a noite
 (o éter)

numa melodia que evoca
 os dedos nocturnos de Mnemósine.

A *Teogonia*² de Hesíodo, que narra a origem dos deuses na tradição grega, conta que no princípio surgiu Gaia, a Terra, de amplos seios, que antes de tudo gera para si própria um companheiro, Urano, o Céu. Juntos produzem numerosa prole de seres fantásticos, entre eles, os Titãs e Mnemósine, entidade que encontra sua mais perfeita definição em seu próprio nome, uma palavra grega, que, ligada ao verbo *mimnéskein*, significa "lembrar-se de". A titânida Mnemósine, assim, representa, no universo mitológico grego, a própria personificação da Memória.

Diz ainda o mito de criação que Cronos, um dos Titãs, depois de destronar o pai despótico e instaurar um governo não menos intolerante, é por sua vez destronado por seu filho Zeus em terrível combate. Para celebrar, Zeus une-se à Mnemósine, e dessa união nascem nove filhas ou Musas, que tinham por função primeira presidir as diversas formas do pensamento e da arte.

Muito tem a dizer o mito de Mnemósine e das Musas sobre o sentido contemporâneo de memória e é com esse mote que inicio este relato. Para perceber essa relação, podemos explorar o próprio sentido da palavra "mito", que, como assinala

¹ *Mnemósine*. Maria do Sameiro Barroso (poemas) & Martins Correia (pintura) 15-05-2005 www.triplov.org, data da consulta: 22/9/08.

² HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Trad. J. A. A. Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1991.

Torrano (1996),³ é uma das muitas palavras de que dispõe a língua de Hesíodo para designar o ato de fala. Segundo esse autor, o mito é, antes de tudo, uma manifestação do ser. Ao tornar presente o próprio fenômeno da existência em sua plenitude, colocamos diante da própria gênese dos deuses e dos homens. O mito é o nada, o mito é o tudo, poderíamos dizer unindo vozes com Fernando Pessoa.⁴

O mito é a palavra que revela o ser; é antes a revelação da própria pluralidade de sentido, ou do próprio excedente de sentido que o conceito, por sua natureza, não pode conter. Por isso, a fala do mito não conceitua, mas revela e mostra. Nas sociedades arcaicas, o mito tem o papel essencial de reatualizar aquilo que se passou na origem dos tempos, o que torna fundamental seu conhecimento.⁵

Eliade (1986)⁶ afirma que os mitos não só fornecem uma explicação do mundo e da própria maneira de estar no mundo, mas sobretudo permitem recordar e reatualizar a origem dos seres; conseqüentemente, os mitos são capazes de repetir as realizações dos antepassados; conhecê-los é, portanto, aprender os segredos da origem das coisas.

O termo *recordar* é aqui fundamental. No contexto mítico, recordar significa resgatar um momento originário e torná-lo eterno em contraposição à experiência temporal ordinária, percebida como algo que passa, que escoa por entre os dedos, e se perde na imemorialidade dos tempos. Como recordar é o termo-chave, vale lembrar o terrível modo de reger o mundo imposto por Cronos: como temia ser destronado, engolia os filhos ao nascerem. Comeu todos exceto Zeus, que Reia, sua esposa, conseguiu salvar. A recordação, como resgate do tempo que nos engole, confere dessa forma certo senso de imortalidade àquilo que ordinariamente estaria perdido de modo irre recuperável sem essa reatualização.

Assim, o papel da memória não é apenas o de simples reconhecimento de conteúdos passados, mas um efetivo reviver, que se concretiza num ato de fala mítico,

³ TORRANO, J. *O Sentido de Zeus*, São Paulo: Iluminuras, 1996.

⁴ PESSOA, F. Ulysses. In: *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, p. 72.

⁵ Cf. ROSÁRIO, C. C. O lugar mítico da memória. *Morphens - Revista Eletrônica em Ciências Humanas* - Ano 01, número 01, 2002.

⁶ ELIADE, Mircea. *Aspectos do Mito*. Lisboa: Ed. 70, 1986.

que leva em si todo ou parte desse passado, fazendo renascerem novamente as coisas depois que elas desaparecem. É graças à faculdade de recordar que, de algum modo, escapamos da morte que aqui, mais que uma realidade física, deve ser interpretada em sua dimensão simbólica, ou seja, o esquecimento, retraduzido como impermanência e, portanto, mortalidade. O lugar da Memória é, pois, o lugar da imortalidade, da permanência eterna do ser (Rosário, 2002).⁷

Ao recordar os feitos e evitar, assim, o esquecimento do enunciador, um Memorial constitui um ato de fala que beira a função mítica primordial de não permitir que o ser que recorda fique definitivamente engolido por Cronos. Como seres humanos e falíveis, temos o receio emocional, cravado em alguma região dos sombrios porões da mente, de que a providencial intervenção divina não nos proverá com a dose suficiente de poção mágica que fará Cronos nos regurgitar e nos devolver restaurados ao mundo, como ocorreu com os filhos de Reia.

O Memorial é, portanto, o espaço simbólico de presentificação do passado, um conjunto de gestos, de reminiscências, que eclode como na releitura de um mito, forçando o Id sombrio, que teme o desaparecimento, a emergir junto com o Ego no processo enunciativo. O ato de fala que constitui um Memorial também instaura o sujeito e, ao mesmo tempo, o objeto de seu próprio discurso. Esse conjunto de gestos evoca um tempo que já não é nosso, mas que contribui, ainda assim de modo efetivo, para sermos efetivamente o que somos.

Em suma, os fatos relatados num Memorial não estão apenas no que traz o passado à tona pela recordação, mas estão também no presente, no que valorizamos e no que de terrível eles têm para temermos, e estão também no futuro, no que têm de promissor para esperarmos.

A memória, que nos identifica como indivíduos, dá o tom de coerência e de tessitura para as linhas e as entrelinhas que constituem o ato de fala que a instaura. Um Memorial constitui um exercício de interrogação de experiências passadas para fazer aflorar não só as reminiscências de uma perspectiva linear, mas também para tratá-las com um olhar crítico, nas entrelinhas traçadas pelo fio condutor do tempo, que ajude a

⁷ Op.cit. nota 5.

conferir novos sentidos ao presente e uma interpretação renovada das escolhas do passado. E, quem sabe, uma projeção para o futuro.

Segundo E. Bosi,⁸ através da memória, não só o passado emerge, misturando-se com as percepções do presente, como também desloca esse conjunto de impressões construídas pela interação do presente com o passado, que passa a ocupar todo o espaço da consciência. Destaca a autora que, como não existe presente sem passado, nossas visões e comportamentos correntes estão marcados, na memória, por eventos e situações já vividas. Desse modo, ao olhar retrospectivamente para minha vida acadêmica, pressinto que aquele mesmo indivíduo que encerrou o ensino médio, pronto para cruzar o limiar da universidade, permanece no indivíduo prestes a sair, embora a multiplicidade de experiências tenha tornado as aparições da vida acadêmica como algo sempre inédito e renovado. Mais duro, entretanto, que entender o presente em sua interação com o passado, é pensar o que nos reserva o futuro.

Nesse caso, é o Memorial como Jano, o deus dos portais e transições, inícios e fins e, por isso mesmo, como ele, representado por uma cabeça de dupla face, cada uma olhando para direções opostas. Ao elaborar as reminiscências que explicam o presente, este Memorial mira o passado interpretando reflexivamente as escolhas que fiz, mas mira também o futuro, como um ponto de transição em mais um degrau de minha carreira acadêmica, que haverá de impor desafios renovados, que exigirão ainda de mim escolhas sempre inéditas.

Ao elaborar uma narrativa de minha própria experiência retomada a partir dos fatos significativos que me vêm à lembrança, ao praticar o exercício sistemático de escrever minha própria história, rever minha própria trajetória acadêmica e aprofundar a reflexão sobre ela, pratico, simultaneamente, um curioso exercício de autoconhecimento, como se no ego aflorassem todas as faces do Id que tenham mal se mostrado nas linhas dos textos. Essa forma de autoconhecimento é um duro exercício de análise e de contemplação íntima.

O Memorial está intimamente relacionado a um exercício de reminiscência, mas uma reminiscência seletiva, filtrada tanto pelos meus sentimentos como pelas minhas

⁸ BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

crenças; por isso, o ato de fala que a instaura torna essa seleção reflexiva, submetida que é a um exercício com as experiências que considero mais relevantes em meu próprio percurso acadêmico. Como um relato que reconstrói a trajetória pessoal, o Memorial implica que quem relata se coloque como sujeito que se interroga e deseja compreender-se como o objeto de sua própria história.

A experiência, ao contrário da vivência, é refletida, pensada, e pode-se tornar algo consciente que me permita construir uma nova identidade, ou seja, outro jeito de mirar e pensar o mundo, dirigindo o olhar para um espelho retrovisor, que me dê a chance de enxergar determinadas dimensões de minha vida acadêmica e de refletir criticamente sobre o significado delas com a vantagem do distanciamento temporal.

Ao estabelecer a direção da palavra neste discurso, sou, ou simulo ser, um narrador onisciente: ao erigir-me sujeito de meu discurso, constituo-me no ser que sabe o que foi, o que é e o que será. Retirados os véus que o cobrem, o passado é mais que o antecedente do presente, na ordem linear das coisas, pois constitui a própria fonte dele. A memória não implica situar os acontecimentos num quadro temporal, mas atingir o fundo do ser, descobrir o original, a realidade primordial de onde proveio e que permite compreender o devir no seu conjunto. Assim, espero que, ao enquadrar-me os feitos nesse espelho retrovisor, tenha eu o poder de dirigir o olhar do leitor para o que sou e o que poderei vir a ser. Oxalá seja esse o papel deste Memorial.

II. Uma travessia sinuosa

1. O portal de entrada

Os ombros suportam o mundo

(...)

Teu ombros suportam o mundo

e ele não pesa mais que a mão de uma criança.

As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios

provam apenas que a vida prossegue

e nem todos se libertaram ainda.

Alguns, achando bárbaro o espetáculo,

prefeririam (os delicados) morrer.

Chegou um tempo em que não adianta morrer.

Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.

A vida apenas, sem mistificação. (Carlos Drummond de Andrade)⁹

No início da formação escolar, meu imaginário infantil levou-me a pensar que minha mãe era italiana de nascimento em função dos diálogos em dialeto que se punha a travar com minha avó materna. Alguma influência daquele estranho linguajar deveria haver em meu próprio modo de falar, já que, ao ingressar na escola primária e ser inquirido pela Diretora sobre minha descendência, não tive dúvidas que era duplamente originário de estrangeiros: filho de pai português e de mãe italiana.

O jeito simples de falar de minha mãe certamente foi de pronto abandonado em função de ter-me logo afastado do grupo de origem, tão logo ia perpassando os anos de escolaridade elementar. Tornei-me logo uma espécie de ‘deficiente social’, muito mais bem traduzível pelo inglês *lame*: isto é, um indivíduo situado fora do convívio do grupo central e de sua cultura; o rótulo advém de um sentido negativo que se atribui a esse tipo de indivíduo, mas que não implica nenhum conjunto especial de características sociais. Alguns *outsiders* são ‘bons’ no sentido de não roubar, não fumar, não usar drogas, não brigar, mas outros podem ser tão durões ou “maus” quanto os membros efetivos do grupo de pares; eles podem ser meramente distantes e agir por conta própria com base em seus próprios interesses e preocupações. Segundo Labov,¹⁰ há muitas razões para alguém tornar-se um *lame*. A separação do grupo de pares pode

⁹ ANDRADE, C. D. Os ombros suportam o mundo. *Nova Renúncia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. p. 78.

¹⁰ Cf. LABOV, W. *Language in the Inner City: studies in the Black English Vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1978. p. 256-9.

acontecer ou sob a influência dos pais e da escola, ou da própria percepção do indivíduo sobre as vantagens da cultura dominante para ele.

Olhando para a cultura da rua e para a cultura da escola, avalio que minha percepção daquele momento foi a de que era mais vantajoso abandonar a variedade de minha mãe que, então, devia julgar ser rude, assim como a dos outros colegas da comunidade. Não tenho acesso consciente a esse processo, mas suponho tê-la abandonada em proveito da variedade falada pelo meu pai: como minha mãe, ele era também uma pessoa muito simples, sem apego à leitura; mas, como português que era, devo ter percebido que falava uma variedade mais próxima da linguagem do grupo dominante que a escola tentava inculcar naquela “plebe rude” que compunha a maioria do corpo discente da Escola Primária Santo André no final da década de 50.

A dura disciplina da escola primária já ensinava mecanismos de distinção social: não apenas era necessário erguer-se da cadeira em sinal de respeito, quando a professora entrava na sala; havia também mecanismos verbais. O sistema linguístico é dotado de cartas marcadas de acordo com a função na situação de interação: era preciso usar formas respeitosas de tratamento para dirigir-se a pessoas mais velhas ou superiores, era preciso escolher as palavras adequadas para falar de acordo com o contexto e a posição dos interlocutores. Sem me dar conta, estava assistindo, na prática, a lições de sociolinguística.

Aproveitava as oportunidades que a fortuna me abria. Minha irmã, Maria Elza,¹¹ a última de seis mulheres que meus pais geraram antes dos três últimos homens, fazia a assim chamada Escola Normal e, por isso, seus deveres escolares incluíam a preparação de material de leitura para as aulas de prática de ensino. Lembro-me de que foi ela que me ensinou a grafar meu nome em letra de forma, que escrevia orgulhosamente no chão de terra com um pequeno graveto. Paradoxalmente sabia desenhar todas as letras do alfabeto e mal era capaz de divisar o sentido daquelas marcas no papel, mas reconhecia, desde então, o valor simbólico que elas representavam na economia das relações sociais.

¹¹ Justamente por ser a última, foi também a que, antes dos últimos três, conseguiu chegar, pelo menos, até o curso secundário.

É verdade que, longe de ser um sistema de representação, a cartilha *Meninice*¹² ensinava que a linguagem escrita era antes um sistema de codificação, dado que o método empregado por Dona América, minha professora de primeiras letras, era treinar, um tanto mecanicamente, a discriminação perceptiva tanto na dimensão visual quanto na auditiva.¹³ Não tenho hoje acesso consciente ao processo, que deve ter sido penoso. No entanto, amaciado pela ternura natural de Dona América e ciente da importância do letramento, apropriei-me da linguagem escrita como um objeto conceitual, apesar de o processo de aquisição insistir numa mera técnica de transcrição.

E tão logo as letras passaram a compor com um mínimo de coerência a complexidade conceitual de um texto, a escola elementar escancarava para mim as portas da imaginação, levando-me a vivenciar as mesmas aventuras de Pedrinho no primeiro livro de leitura a que tive acesso.¹⁴ Era um jeito de ler Lobato por vias indiretas e tortuosas, certamente porque as religiosas andrelinas, que dirigiam a escola primária, tinham posto esse escritor subversivo (e espírita, pasmem!) no índice das obras proibidas para leitura, certamente em função de censura e perseguição pela Igreja Católica de sua *História do Mundo para Crianças*.¹⁵

O passo seguinte foi compartilhar aventuras ainda mais estranhas com o Barão de Münchhausen, conhecer as espertezas malasartes do Gato de Botas. Essas peripécias estavam disponíveis em uma coleção existente nessa época, chamada “Biblioteca Infantil”, graças à generosidade e ao senso pedagógico de minha irmã Maria Elza e ao empenho da escola elementar em formar leitores daqueles meninos simples, muitas vezes de pés descalços que frequentavam seus duros bancos escolares. Esses bancos certamente se tornariam mais duros ainda para alguns e mais brandos para os que almejavam sair do círculo de pobreza cultural. Eu próprio tinha mais orgulho de ver a professora do quarto ano, Dona Luzia, ler em voz alta os textos que compunha, como um exemplo para os demais, do que de ser um craque no futebol nas peladas do recreio, traço que nunca realmente desenvolvi.

¹² FLEURY, L. G. *Meninice*: cartilha: método analítico. 29. ed. São Paulo: Nacional, 1952.

¹³ Cf. FERREIRO, E. *Reflexões sobre alfabetização*. São Paulo: Editora Cortez, 1985.

¹⁴ LOURENÇO FILHO, M. B. *Aventuras de Pedrinho*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1958.

¹⁵ MONTEIRO LOBATO, J. B. *História do Mundo para Crianças*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1952.

Em 1962, matriculei-me num curso de Admissão ao Ginásio. A carência de vagas no ensino público, que se circunscreve hoje ao ensino superior, punha os alunos no vestibulo do sistema de ensino um tanto mais cedo. Era preciso fazer um exame de admissão com matérias básicas. Havia tentado, em vão, ingressar na escola pública mais tradicional da época, o Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves, cujos lugares, em quantidade amesquinhada, ficavam restritos à elite econômica da cidade. Essa falta de vagas encaminhou-me para o Colégio Estadual Alberto Andaló, onde permaneci até o final do ensino médio, constituído à época, por quatro anos de ginásio e mais três de científico.

Era mais ou menos a mesma situação que ocorre hoje com o vestibular nas universidades públicas, cujas vagas ficam nas mãos dos mais bem aquinhoados socioculturalmente. O gargalo apenas mudou de nível.

O problema de carência de vagas no ensino médio foi solucionado uma década depois, durante os anos de chumbo da ditadura militar. Rapidamente, as escolas se multiplicaram, facilitando a entrada das populações mais carentes na escola pública. Era preciso formar urgentemente mão-de-obra mais qualificada para as empresas dentro do modelo desenvolvimentista de economia, então implantado, sob o brilho de baionetas, por um estado forte e centralizador.

Sabe-se hoje que os materiais pedagógicos pouco se alteraram: o ensino de língua ficou restrito à prática da metalinguagem, e continuou a imperar uma visão fortemente normativa com base na variedade escrita e literária, a que tinham acesso poucos membros da classe desfavorecida. Assim, a suposta democratização do ensino restringiu-se aos índices quantitativos.

Nesse período de ensino normativo, as regras da gramática eram inculcadas com base num método hoje suspeito de apreensão mnemônica: conjugações inteiras de verbos irregulares eram depositadas incansavelmente no quadro negro para serem copiadas e depois decoradas, em continuidade ao método do quanto mais mecânico melhor. As gramáticas pedagógicas alinhavam em ordem alfabética os verbos irregulares e suas conjugações, ignorando que esses desvios do padrão geral mantêm

regularidade e são também perfeitamente suscetíveis também a uma padronização, como bem ensina Câmara Jr.¹⁶

Nas aulas de sintaxe, desmontávamos períodos retirados de textos literários para classificar morfossintaticamente as palavras que os compunham. No momento de redigir, supunha-se, de balde, que seríamos capazes de voltar a montar os períodos com a mesma agilidade conceitual dos textos literários que desmontávamos. A nomenclatura gramatical era um fim em si mesmo: por isso, aprender a classificar as orações completivas, adjetivas e adverbiais não garantia o domínio das relações sintáticas e semânticas envolvidas no processo de composição.

Outro pressuposto era o de que deveria haver também uma conexão entre os textos que redigíamos e a leitura de textos literários, excertos que compunham as antologias e ‘florilégios’. Do mesmo modo que aprender a classificar os elementos que compõem a frase deveria implicar a composição adequada de um período, os bons exemplares da literatura deveriam servir de modelo de escrita e fomentar a composição de textos bem formados. Esse procedimento pedagógico poderia até ser parcialmente verdadeiro para os alunos provindos de estratos socioeconômicos mais privilegiados, que tinham mais contato com a mídia escrita e maior acesso a publicações, embora o mercado editorial fosse mais restrito que hoje.

Mais grave ainda foi perceber que os testes de gramática e as redações que retornavam com correções em vermelho sinalizam o pressuposto de que a variedade baseada na modalidade escrita e literária dos chamados períodos áureos da literatura era a única variedade correta, cabendo às demais um conjunto alentado de cuidados repressivos, que se concretizavam nas marcas rubras que os professores sobrepunham às azuis de nossas composições. Não foi assim um processo ingênuo e inocente meu desapego pela variedade do grupo de pares, paralelamente à opção que assumi pela “cultura escolarmente rentável” na visão econômica e simbólica do sistema escolar compartilhada por Bourdieu e Passeron.¹⁷

¹⁶ CÂMARA JR., J. M. Os padrões especiais dos verbos portugueses. In: *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 101-106.

¹⁷ BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

A despeito desses problemas, reconheço que fui descobrindo o mundo. Nos livros de História, viajei para as Índias com Vasco da Gama, fui marinheiro de Cristóvão Colombo na descoberta da América, ajudei Pero Vaz de Caminha a redigir a primeira carta. Nos livros de Geografia, conheci as tundras canadenses e siberianas, a caatinga nordestina, a região dos Grandes Lagos. Mais que isso, fiz greve com os personagens de Jubiabá; juntei-me aos retirantes da família de Fabiano; percorri as veredas do Grande Sertão de Rosa, sombreadas de buritis; sofri o mesmo conflito ético de Matraga em luta com o jagunço Joãozinho Bem-Bem; senti a dureza da educação pela pedra com João Cabral, experimentei o sentimento do mundo com a poesia social de Drummond.

Achava que era necessário operar alguma transformação drástica no sistema de poder e éramos, assim, eu e meus colegas de classe, e amigos mais próximos, completamente atraídos pelos temas sociais, candentes em obras como *Morte e Vida Severina*, as chamadas “cantigas de protesto” da MPB (*Segue nessa marcha triste/seu caminho aflito/leva só saudade e a injustiça/que lhe foi feita desde que nasceu/pelo mundo inteiro/que nada lhe deu*)¹⁸.

A coletânea em 3 volumes dos *Cadernos do Povo Brasileiro. Violão de Rua* constituíam, na verdade, cadernos de poesia de boa qualidade, organizados pelo Centro de Cultura Popular (CPC) da UNE e editados pela Civilização Brasileira,¹⁹ que teimavam em circular (apesar “dele”). Sem a pretensão de ser uma antologia completa, esses cadernos tinham a finalidade de divulgar o trabalho de artistas (José Paulo Paes, Moacyr Félix, Paulo Mendes Campos, Affonso Romano de Sant’Anna, Ferreira Gullar, Vinicius de Moraes, Geir Campos e outros), que usavam a poesia como instrumento de participação nas lutas do povo brasileiro por um mundo melhor e mais humano.

Além de animar a cena artística brasileira com ousadas experiências no campo da pesquisa e da produção cultural, o CPC representou uma experiência muito bem sucedida, tornando-se, por isso, um verdadeiro marco da cultura brasileira ao juntar artistas e intelectuais ao movimento estudantil.

¹⁸ VALLE, M.; VALLE, P. S. *Terra de Ninguém*. Tapajós (EMI) (BREMI 680020).

¹⁹ SANTANNA, A. R. de et al. *Cadernos do Povo Brasileiro: Violão de Rua*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

Em 1968, quando cursava o segundo ano do Curso Científico, os colegas da universidade convocaram os secundaristas para uma passeata em protesto pela morte do estudante Edson Luís (Edson Luís Lima Souto) durante uma manifestação contra o fechamento do restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. Como era frequentado por estudantes, tratava-se de um espaço político.

Juntei-me à passeata, entoando o Hino da Independência. Convocávamos a Liberdade a abrir suas asas sobre todos nós nesses duros tempos de restrições. Até aí ainda se respirava alguma liberdade, mas então... veio o General Costa e Silva e com ele o AI-5, que emudeceu nossos hinos e abateu o pássaro da liberdade com um tiro certeiro de cor verde-oliva. Mais tarde, na Universidade dos anos 70, o silêncio era ouro, e nesse espaço restrito corria solta a delação. Vivíamos um verdadeiro reinado de terror.

Com a língua percorri um caminho de acertos e desacertos até me tornar licenciado para ensinar língua materna no ensino fundamental e médio e, depois, professor universitário. Um dos acertos estava nas aulas do professor Otaviano Santos Lobo, de quem guardo saudades sinceras (onde andaré ele?). Ministrava literatura e gramática histórica no científico, acompanhadas de aulas de revisão gramatical. Foi um curso completo em três volumes de uma Gramática da Língua Portuguesa (não a novíssima, obviamente) de Domingos Paschoal Cegalla, um para cada ano do científico.

Tinha, porém, um atributo especial, de que não me esqueço jamais. Mesclava as aulas de gramática e literatura com sessões destinadas a debates sobre um tema candente (os meios de comunicação pervertem?). Dividia a classe entre os que deveriam assumir posição favorável e os que deveriam assumir posição desfavorável, assim simplesmente, independentemente das preferências de foro íntimo; tudo não passava de um exercício retórico, cujos argumentos deveriam ser buscados no estoque de crenças. Os alunos se reuniam em equipes à cata de argumentos para sustentar a posição assim delegada, e a um membro, que era eleito representante do grupo, cabia-lhe a tarefa de expositor, sempre contando com a intervenção oportuna dos demais.

Criava semanalmente o espaço de uma aula para as atividades culturais de uma Academia Literária. Elegíamos o nome do patrono (Academia Literária Machado de

Assis), um presidente, um secretário e um orador oficial. O objetivo mesmo era distribuir tarefas, que deveríamos desenvolver como deveres em casa, cujo resultado era a elaboração de um texto para ser exposto oralmente nas seções da academia. Cabia a cada um o que a sorte destinava: a apreciação crítica de um conto, de um romance, de uma reportagem jornalística, a narrativa da biografia de um autor etc. As aulas do professor Otaviano constituíam um verdadeiro espaço político para meu grupo exercer seus pendores “revolucionários”.

Escolhíamos sempre biografias de autores comprometidos com uma atuação política, como Jorge Amado; ensaiávamos jograis com poemas de temática social retirados dos mencionados *Cadernos do Povo Brasileiro*, de Carlos Drummond de Andrade (*E agora, José?*), não faltando, sobretudo, o *Operário em construção* de Vinicius de Moraes (*Era ele que erguia casas/ Onde antes só havia chão/ Como um pássaro sem asas/ Ele subia com as asas/ Que lhe brotavam da mão./ Mas tudo desconhecia/ De sua grande missão:/ Não sabia por exemplo/ Que a casa de um homem é um templo/ Um templo sem religião/ Como tampouco sabia/ Que a casa quer ele fazia/ Sendo a sua liberdade/ Era a sua escravidão*). As aulas de língua portuguesa do Professor Otaviano uniam arte e política.

Chegamos a encenar em sala de aula uma pequena peça teatral com a música dos tropicalistas ao fundo (*Eu quis cantar/ Minha canção iluminada de sol/ Soltei os panos/ Sobre os mastros no ar/ Soltei os tigres/ E os leões nos quintais/ Mas as pessoas da sala de jantar/ São ocupadas em nascer e morrer...*)²⁰. O pequeno trabalho foi redigido pelo Celso, na realidade, o Antônio Celso Ferreira, professor de História e ex-diretor do campus de Assis. O Rodinei (Ribeiro), hoje médico em Portugal, elaborava a cenografia, a iluminação, a sonoplastia e o guarda-roupa. Eu e o Zé Carlos (José Carlos Alevi) apenas dávamos palpites e sugestões e atuávamos como atores. Duas colegas, duas Leilas (uma nissei, a Yamaguti; e a outra, de descendência árabe, a Chaddad) atuavam também como atrizes (por onde andarão elas?).

Com os desacertos de minha formação, acertei contas mais tarde. Minha tese de doutorado, defendida anos depois, em 1984, tinha como pressuposto que a imposição exclusivista de uma norma prescritiva ao ensino da língua portuguesa, combinada com um sentimento de intolerância para com as variedades socialmente desprestigiadas,

²⁰ VELOSO, C.; GIL, G. *Panis et Circenses*. In *Tropicália: ou Panis et Circenses*. Gravadora: Philips, 1968.

consiste no processo de instalação de um sentimento de rejeição da variedade padrão, não de aceitação. Como se vê, entretecido nas malhas de meu próprio texto, tomei um fio meio desatado, que pretendo retomar mais tarde. De certo modo, foi também um acerto com minha dívida social para os desvalidos economicamente como eu mesmo, que ficavam à margem do sistema escolar (e ainda ficam hoje).

Terminei minha tese de doutorado, defendida em 1984, com uma espécie de desabafo. Sempre que se mencionavam as tarefas urgentes da educação, corria-se o risco (mas não se corre ainda?) de ignorar a condição precária do sistema educacional, resultado da política concentradora de renda implantada no país a partir dos anos 60. O mínimo que podiam fazer (e podem ainda) os que não perderam a capacidade de indignar-se era, primeiramente, corar de vergonha e, depois, enfrentar, com as armas de que dispusessem, as causas mais graves dessa situação, que era, no mínimo injusta. Então, se minha tese tivesse servido para equacionar com isenção uma dessas causas, a do fracasso escolar, e para discuti-la com coerência, tinha a esperança de ter sido capaz de indignar-me convenientemente e de ter, no mínimo, exercido honestamente meu papel de cidadão, que considerava (e considero ainda hoje) prioritário ao de linguista. Esse fio aparentemente desalinhado une, na realidade, o jovem revolucionário do passado com o pesquisador maduro e prova que os sonhos dessas duas edições do mesmo ser são praticamente os mesmos.

2. O portal de saída

Não existe uma ciência completa, a ciência vive enquanto supera os erros, e não enquanto estabelece verdades. (B. Eikhenbaum)²¹

O curso científico, orientado para as ciências exatas e para as ciências biológicas, não era o mais adequado para a carreira que abracei no final de minha formação básica: ser professor de língua materna. Forneceu-me, ainda assim, régua e compasso para ingressar no ensino superior. Como instigava minha curiosidade a natureza plurissignificativa do discurso literário, tomado como forma ou como conteúdo, percebi, desde cedo, terem meus interesses pouco a ver com a exatidão dos números e a certeza dos sistemas naturais. Em 1970, ingressei na Faculdade de Filosofia, Ciências

²¹ EIKHENBAUM, B. A teoria do “método formal”. In TOLEDO, D. de O. (Org.) *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. p. 4.

e Letras de São José do Rio Preto, um dos institutos isolados de ensino superior do Estado de São Paulo antes de ser incorporada, como Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, à Universidade Estadual Paulista.

Embora tivesse que estudar arduamente línguas estrangeiras, inglês em particular, por ter tido acesso limitado a ela como instrumento real de comunicação, senti, logo de início uma curiosidade especial pela linguagem literária. O formalismo russo de Tomachevsky, Propp e colegas, a semiologia de Barthes e o estruturalismo de Todorov e Bremond apontavam para uma visão imanente do texto literário, que nos parecia inovadora diante do tratamento excessivamente subjetivo da Estilística, a confundir a biografia do autor com os personagens de sua obra.

A orientação crítica, de natureza formal, longe de constituir um lado negativo, obrigava-nos, nós os diletantes, a manter curtas as rédeas do exame dos fatos literários, evitando cair na causalidade descompromissada. É verdade que, muitas vezes, corria-se o risco de se perder num dogmatismo estéril. Eikhenbaum, que homenageio com a citação que abre esta seção, reclamava de estarem os formalistas rodeados de “eclécticos e epígonos que transformam o método formal num sistema imóvel de ‘formalismo’, o que deve servir-lhes para a elaboração de termos, esquemas e classificações”.²²

Os parâmetros de análise eram o espaço, o tempo, o enredo e as personagens. As homologias descobertas estavam sempre fortemente motivadas por indícios detectados na organização textual em si mesma e apenas dela emanavam as plurissignificações detectadas. Mas não havia uma doutrina ou algum sistema completo. O trabalho científico dos formalistas russos apreciava a teoria apenas como uma hipótese de trabalho, mas não se ocupavam de fornecer definições, pelas quais os epígonos são tão ávidos, e não estavam empenhados em construir teorias gerais, que os ecléticos acham tão agradáveis.

Meu primeiro texto publicado é justamente o resultado de um exercício de análise literária, em que já se percebe um linguista infiltrado, realizado em parceria com o colega Eli Nazareth Bechara, ontem aluno como eu e hoje também colega docente. O texto intitulado *Uma leitura de “Homero”, de Sophia M.B. Andersen*, foi publicado, em

²² Op. Cit, nota 21. p. 3-38.

1972, em formato mimeografado, na brochura *Análise de Textos Portugueses*, organizada pela professora de literatura portuguesa da época, Tieko Yamaguchi. A ela deixo aqui registrados meus agradecimentos pelo rigor da orientação, que mantinha “curtas as rédeas no exame dos fatos literários”²³, matizado em dose igual por camaradagem e incentivo constante.

O antigo Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas estabelecia laços entre as áreas de Linguística, Língua Portuguesa e Literaturas Clássicas e Vernáculas mediante uma metodologia rigorosamente formalista. O estruturalismo estava no seu apogeu quando me deparei com as aulas de linguística do saudoso Inácio Assis Silva e da jovem (quase uma menina) Diana Luz Pessoa de Barros, hoje docente da USP e da Universidade Mackenzie. A mesma visão imanente, que experimentávamos ao analisar o texto literário, estava presente na concepção saussuriana de linguagem, vista como um sistema de fatos interdependentes que se delimitam reciprocamente. As aulas de Língua Portuguesa, orquestradas por José Luís Casagrande, davam lições de estruturalismo norte-americano nas descrições de Câmara Jr., mas as lições de sintaxe gerativa já se infiltravam nas aulas *avant la lettre* do Professor Nildemir Ferreira de Carvalho.

Os cursos de Latim, ministrados pelos professores Alceu Dias Lima e José Perozin, eram um exercício constante de reflexão sobre o mundo social e político, muitas vezes simbolizado nos mitos; a estrutura da língua latina em si era vista através de uma rigorosa análise estruturalista. Aprender latim era, portanto, aprender também a metodologia vigente de análise linguística.

A Teoria Literária, ministrada pelo professor Eduardo Peñuela Cañizal, hoje aposentado pela ECA, sempre em parceria com Edward Lopes, continham um sabor semiótico com incursões frequentes a outros sistemas de significação além do puramente verbal. Afinal, se o sistema de parentesco era um sistema de significação, por que não seria também o da moda em seus arranjos que confinavam tão adequadamente com os limites das dimensões paradigmática e sintagmática?

²³ YAMAGUCHI, T. Apresentação. In: YAMAGUCHI, T (Org.) *Análise de Textos Portugueses*. Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas – FFCL. São José do Rio Preto, 1972.

Parece que o estruturalismo linguístico e o formalismo literário frutificaram no país num período de poucas liberdades individuais. Não posso afirmar que haja alguma relação determinística, mas a verdade é que o próprio Trotsky encarecia o caráter excessivamente formal do método analítico de Chlovsy, que via a arte como o resultado de formas autossuficientes que, por isso, bastavam-se a si próprias.²⁴ Na mesma medida em que um poema é uma combinação de sons, a pintura é uma combinação de manchas coloridas; nesse caso, as leis da arte são as que estabelecem combinações entre unidades mínimas. Não haveria qualquer apelo ao fundo social e psicológico, que, para os formalistas, acabaria sendo pura alquimia, mas, para Trotsky, instauraria significado à tarefa microscópica e estatística sobre a matéria.

Mais tarde, já como docente, tive o prazer de assistir a algumas palestras de Antônio Candido, de David Arrugucci, de Marisa Lajolo e de outros convidados para os seminários de literatura, que o colega Ismael (Ângelo Cintra) organizava. Essas conferências ajudaram-me a compor uma visão crítica da aplicação de teorias estruturalistas ao texto literário. Do mesmo modo que pode haver interpretações estruturais que eliminam a influência de fatores referenciais, haveria também interpretações referenciais que reduziriam o texto literário a um mero documento social. Nem uma coisa nem outra: as diversas formas de manifestação da vida social introjetam-se na organização interna do texto literário constituindo elementos de sua própria estrutura.

Algo muito semelhante se dava com a linguística, onde imperava o modelo estruturalista europeu e norte-americano. O Curso de Linguística Geral representava um divisor de águas a varrer, em grande parte, os estudos diacrônicos de base filológica, que, não obstante, resistiram e estão hoje mais do que valorizados pela pesquisa linguística, que voltou a encontrar-se com a perspectiva histórica.

Diante da heterogeneidade constitutiva da linguagem humana, Saussure criou uma representação interna dos fatos linguísticos, uma redução unitária e coerente da diversidade. O esforço em definir conceitos, classificar fatos, esboçar esquemas equivale a construir uma teoria. Sobre uma base conceitual, firmou-se, então, um

²⁴ TROTZKY, L. A escola poética formalista e o marxismo. In TOLEDO, D. O. (org.) *Teoria da Literatura. Formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1971, p. 71-85.

verdadeiro paradigma para os estudos da linguagem, nos termos kuhnianos de que revolucionou a linguística em todos os desenvolvimentos anteriores.²⁵

Saussure apresentou sua teoria o mais compatível e coerentemente possível com a visão de estrutura que tinha do próprio sistema linguístico. A compactividade interna da teoria determina sua adequação descritiva: se a língua é concebida como um sistema de elementos indissolúveis e solidários, a teoria que a interpreta e a explica, para ser adequada, deve apresentar o mesmo tipo de laços entre seus conceitos.

Essa interpretação relacional de sistema teve uma importância fundamental para a história da linguística e das ciências sociais em geral, já que sua elaboração teórica e sua implementação metodológica conduziram ao estruturalismo. Por um lado, o conceito de estrutura, derivado da noção saussuriana de sistema, apresenta um valor puramente teórico por caracterizar a natureza formal, relacional e opositiva da linguagem; por outro, a dimensão operacional da noção de sistema, transformada em procedimento rigoroso de análise e descrição, acabou por resultar no próprio método estrutural. Na linguística, o estruturalismo rompeu definitivamente com o paradigma neogramático por ter projetado uma visão descritiva e, portanto, necessariamente sincrônica, desconstruindo a concepção neogramática de linguagem, que só admitia no ponto de vista histórico.

Em contraste com o paradigma neogramático, que tinha uma visão atomística dos fenômenos evolutivos, o estruturalismo opôs a noção de sistema, numa perspectiva que privilegiava o eixo sincrônico. Em contraste com a gramática tradicional, que procede por analogias e generalizações, a descrição estruturalista se baseava em propriedades formais, cuja validade admite uma demonstração rigorosa e independente dos fenômenos a que se aplica. A linguística do início do século XX, regida pelo paradigma estruturalista, adquiriu o estatuto de ciência normal²⁶, dado que a maior parte do trabalho dos profissionais da área se desenvolveu dentro de seu arcabouço teórico.

²⁵ KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

²⁶ Cf. Op. cit. nota 25.

A tensão surgida entre gerativistas e estruturalistas nas décadas de 50 e 60 não tem origem numa possível ineficácia ou inadequação do paradigma estruturalista, mas procede dos próprios progressos atingidos sob seu patrocínio. Se, por um lado, o estruturalismo representou a autonomia epistemológica da ciência da linguagem, defendida mais insistentemente pelos membros do Círculo Linguístico de Copenhague, possibilitou, por outro, a abertura da linguística a outras ciências e o consequente surgimento da colaboração interdisciplinar como prática metodológica efetiva.

A contribuição interdisciplinar decorreu naturalmente do estruturalismo por conta da imensa complexidade dos fenômenos linguísticos (o caráter heteróclito da linguagem) e da multiplicidade de fatores que os caracterizam, cujo conhecimento exige a contribuição de outras disciplinas. Segundo Carrillo,²⁷ desses intercâmbios recíprocos, constituíram-se diversas disciplinas e tendências que confundem o paradigma estruturalista e concorrem para sua superação. Com efeito, ao importar categorias e conceitos de outras ciências, a linguística se enriqueceu e se ampliou, ao mesmo tempo em que parece ter-se dividido em uma multiplicidade de teorias e métodos, de resultados heterogêneos, divergentes, dificilmente conciliáveis, que determinam, por si só, um contexto de questionamento do paradigma vigente.

A rápida aceitação que tiveram as propostas de Chomsky tem suas razões fincadas nesse terreno fértil e propício à contribuição interdisciplinar, além de outros contextos favoráveis, como a orientação formalista no sentido lógico-matemático e a incipiente matematização das ciências humanas, iniciada pelas teorias glossemática e distribucionalista.

Pode-se assinalar como marco de uma nova revolução na linguística, a publicação de *Estruturas Sintáticas* por Chomsky, já em 1957. A abordagem gerativa mantém ainda hoje um projeto de teoria da estrutura sintática, um domínio que, até certo ponto, havia sido preterido pelo estruturalismo, cujo foco de interesse se limitava aos componentes fonológico e morfológico. Apesar de o projeto chomskiano ter mostrado a insuficiência do paradigma estruturalista, especialmente em sua versão norte-americana, minha formação na graduação seguiu resoluta no modelo saussuriano.

²⁷ CARRILLO, V. L. Las três lingüísticas. *Revista Venezolana de Filosofía*. v. 4, p. 53-84, 1976.

Por que teria o estruturalismo dado tantos frutos na universidade brasileira? Uma resposta possível pode estar numa explicação de Possenti,²⁸ segundo a qual o estruturalismo, principalmente o europeu, surgiu da necessidade de estabelecer um estatuto científico para as ciências humanas em geral, essencialmente, pelo pensamento burguês, para contrapor-se à análise marxista que então dominava o cenário das ciências sociais. Vista sob esse ângulo, a necessidade de descartar a análise diacrônica tinha um caráter ideológico, dada a importância do materialismo histórico para as teses marxistas. Bakhtin (ou Voloshinov)²⁹ que ficou no limbo por muitas décadas, já havia renunciado esse desfecho para o enredo objetivista.

Na prática viva da língua, a consciência linguística dos interlocutores nada tem a ver com o sistema de formas normativas que o objetivismo abstrato elegeu. Com efeito, o sistema linguístico não é acessível à consciência individual do falante, não corresponde à realidade da língua em uso, dado que resulta de uma análise abstrata. Segundo Vogt, o modo como se chegou a essa abstração e, conseqüentemente, a um objeto fechado e autônomo, é o que ele, citando Sartre, chama “espírito de análise”, que pode ser resumido em dois postulados básicos: “Todos os compostos devem necessariamente reduzir-se a uma ordenação de elementos simples. Os últimos termos da decomposição guardam inalteravelmente suas propriedades essenciais, tanto se entram num composto como se existem em estado livre”³⁰.

Nesse caso, afirmar a igualdade de todos os homens equivaleria a afirmar que eles compartilham igualmente da essência humana. A liberdade nada mais é que o próprio direito de ser homem, isto é, de participar com liberdade da essência que o constitui. Assim, entende Vogt que o analitismo que foi arma de ataque na derrubada do “Ancien Régime”, é agora, na manutenção do poder alcançado, arma de defesa que lhe garante o predomínio sociopolítico e econômico sobre as demais classes, cuja existência diferente procura ignorar em nome da natureza essencialmente humana. Essa interpretação ideológica Vogt a transfere para o domínio da linguagem: “quando na linguagem se assume a atitude que pretende, através de esquemas analíticos, chegar

²⁸ POSSENTI, S. Estruturalismo e gramática gerativa: duas maneiras de fazer ciência? *Estudos Linguísticos*. v. 1, p. 9-19, 1978.

²⁹ BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV, V. N.) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

³⁰ Cf. VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: HUCITEC, 1980. p. 89.

ao reduto indecomponível da natureza da linguagem (...), um dos riscos que se correm é o de apresentá-la “sob a forma do artefato simples, transparente e elegante que se construiu para simular o fenômeno e que pretende substituí-lo, matando-o”.³¹

Como um objeto sincrônico em essência, haveria uma barreira intransponível entre a abordagem da história do sistema e a de funcionamento. Entre a lógica que governa o sistema de formas linguísticas num determinado momento de sua história e a lógica que governa a evolução histórica, nada poderia haver em comum, já que as formas que constituem o sistema linguístico são mutuamente dependentes e se completam como elementos de uma e só fórmula matemática: a mudança de um dos elementos, entre uma das grandezas (diria Hjelmslev),³² do sistema cria, na realidade, um novo sistema.

A comparação com o jogo de xadrez é o modo mais esclarecedor que Saussure criou para explicar o princípio de que é absoluta a oposição entre o ponto de vista sincrônico e o diacrônico: cada posição do jogo corresponde a um estado da língua e o valor de cada peça depende de sua posição no tabuleiro, do mesmo modo que cada unidade linguística adquire seu valor por oposição às outras no sistema. Para passar de um estado a outro, basta deslocar uma só peça, e é esse deslocamento que vai provocar uma nova rede de relações sistêmicas.

Esse jeito de encarar as coisas, que Bakhtin (Voloshinov) denominou “objetivismo abstrato”, vê a língua como um sistema imutável, estável de formas linguísticas; as leis que governam as formas constituem leis especificamente linguísticas atuando no interior de um sistema fechado como leis objetivas relativamente à consciência subjetiva. As relações linguísticas nada têm a ver com valores ideológicos e os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas, ou ainda deformações das formas normativas. Segundo esse autor, a mais brilhante expressão do objetivismo abstrato é a escola de Genebra. Seria perfeitamente possível incluir a escola gerativista nessa tendência, inclusive pelas origens que Bakhtin (Voloshinov) atribui à orientação objetivista, que remonta aos

³¹ Op. cit, nota 29. p. 90.

³² HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

séculos XVII e XVIII, no racionalismo cartesiano, quando Leibniz exprimiu essas ideias pela primeira vez.

Caracteriza a corrente racionalista a ideia de uma língua convencional, arbitrária, bem como a explicitação comum de um paralelo entre os códigos linguístico e matemático, tão caro aos gerativistas. Ao espírito orientado para a matemática, não é a relação do signo com a realidade que interessa, mas a relação do signo com outro signo no interior de sistemas fechados e autossuficientes. Ensina Bakhtin (Voloshinov) que, para os racionalistas, a história é um domínio irracional que corrompe a pureza lógica do sistema, cujas unidades características são os signos matemáticos.

Embora reconhecesse o avanço que o objetivismo abstrato representou para os estudos linguísticos, ao descrever, com o rigor analítico da distribuição formal, os elementos no interior de sistemas fechados, vim a reconhecer mais tarde, durante o mestrado, que esse tipo de avanço havia desprovido a linguagem de mecanismos essenciais. Como fenômeno sociocultural, a linguagem é atravessada pela história e, como tal, permeável às influências da multiplicidade de fatores sociais que identifica uma cultura em cada período de sua evolução.

Retomando Bakhtin (Voloshinov), certifiquei-me de que, como sistema estável de formas normativamente idênticas, o conceito de língua não passa de uma abstração científica, que não dá conta adequadamente da realidade concreta da linguagem, que constitui, na verdade, um processo de evolução ininterrupto, realizado mediante a interação verbal e social dos interlocutores. As leis de evolução são essencialmente leis sociológicas e a criatividade não pode ser compreendida se considerada independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que a ela se ligam.

Por fim, como a estrutura da enunciação é puramente social, o ato de fala, considerado como fenômeno individual, é, por princípio, um conceito contraditório. Um linguista que, desde o início, conduziu-me a essa percepção foi Labov, que criticava severamente a vinculação da estrutura linguística com homogeneidade, em contraste com a natureza constitutivamente heterogênea da linguagem, em termos

sociais, discursivos e ideológicos. Esse aspecto merece discussão mais demorada e receberá maior atenção em outro espaço destas memórias.³³

Retornando à dimensão subjetiva, dentro desse quadro de tensão teórica, em que os ventos da tendência gerativa varriam o que poderia restar do pó deixado pelas ruínas do edifício estruturalista, tive que optar, no final da graduação, entre os estudos literários e os estudos linguísticos para dar continuidade à minha formação acadêmica. Com a visão ingênua de que os estudos da linguagem não literária teriam um grau relativamente maior de objetividade, optei, com a percepção de ciência que tinha em 1973, quando terminei a graduação, pela candidatura a uma vaga no Programa de Mestrado em Linguística da UNICAMP. O curso estava ainda numa fase muito incipiente e, a essa época, quando o Instituto de Estudos da Linguagem era apenas um projeto, ainda estava institucionalmente vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Ingressei no curso de mestrado, tirando proveito de um processo inovador de seleção que privilegiava mais a aptidão do candidato para lidar com problemas linguísticos do que com o armazenamento de conceitos aprendidos na graduação. Abriu-se, portanto, um novo limiar em minha formação, que deve corresponder, na mitologia destas memórias, à abertura de um novo portal narrativo, patrocinado pelo olhar prospectivo de Jano.

3. Nas trilhas de uma ladeira íngreme

Que a psicologia educacional seja fortemente influenciada por uma teoria tão falsa em relação aos fatos da linguagem é uma infelicidade; mas que crianças devam ser as vítimas dessa ignorância é intolerável. (William Labov)³⁴

Ao ingressar no mestrado, em 1974, fui para Campinas predestinado a fazer cursos de sociolinguística, admitindo uma sugestão do professor Alceu Dias Lima, que, conforme já mencionei, na graduação ensinava latim com o rigor do método estruturalista, mas tinha forte interesse pela relação entre a linguagem e as dimensões social e política.

³³ LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

³⁴ Tradução livre de LABOV, W. *Language in the Inner City*. Studies in the Black English Vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1978. p. 240.

O caminho não estava ladrilhado com as pedrinhas de brilhante da cantiga de roda. Na realidade, se pedras havia no caminho eram para torná-lo íngreme e escorregadio. Apesar de bem classificado no processo de seleção, o programa não dispunha de bolsas de estudos para todos logo no primeiro ano, o que me obrigou a buscar trabalho como professor para sustentar-me em Campinas. Como tinha metas bem estabelecidas, sabia que o suor do próprio rosto deveria ser derramado apenas parcialmente com o trabalho docente, já que o principal esforço seria destinado ao cumprimento de um extenso programa de disciplinas, leituras de textos, discussões e elaboração de monografias.

O programa de mestrado dirigia a formação geral para três áreas: um domínio de concentração, voltado ao desenvolvimento das disciplinas do chamado núcleo duro, um componente específico, voltado para a linha de pesquisa em que a dissertação de mestrado seria desenvolvida e uma de domínio conexo, que, por definição, representaria relações interdisciplinares.

Na década de 70 a sintaxe era a linha de pesquisa mais prestigiada e aquela para a qual afluía um número muito maior de pesquisadores. Nessa década de dedicação formal, a semântica estava voltada, equivocadamente, vejo hoje, para a relação da linguagem com a lógica. Mediante a aplicação da lógica dos predicados, a certos tipos exemplares de dados, fazíamos uma bateria de exercícios para provar a validade dos argumentos e a verdade ou a falsidade das proposições. Penso que esse tipo de tarefa nos deixava mais inteligentes e argutos, mas dizia muito pouco sobre a estrutura da linguagem. Como a semântica formal não era a praia de meus sonhos, aquilo teve resultado pífio para a continuidade de minha vida acadêmica. Por isso mesmo, matriculei-me em Semântica Argumentativa, ministrado por Carlos Vogt, uma tendência que se opunha ao tratamento formal em semântica.

Minha predestinação para a dimensão social da linguagem acabou logo se cumprindo com os cursos de sociolinguística ministrados por Brian Head, um pioneiro dessa área no Brasil. A busca por uma forte relação entre linguagem e sociedade poderia ser creditada ainda à crença renovada, presente nos tempos de ensino médio, de que os ombros que suportam o mundo não são os de Atlas. Se forem os dele, servem apenas para cumprir a função simbólica dos mitos, a de representar os ombros

da imensa maioria dos despossuídos, dos sem-terra, dos sem-teto, dos sem-língua (padrão), dos sem-tudo. São os que berram na arquibancada, mas acabam nunca influenciando no resultado do jogo, cujas regras são manipuladas por alguém mais provido de poder político.

Cumpri os créditos do domínio conexo na área de análise da narrativa e os do componente específico na área de sociolinguística. Uma plêiade de bons pesquisadores, todos ainda atuantes, foram colegas dessa época quase heroica: Tânia Alkmin, Raquel Salek Fiad, Sírio Possenti, José Borges Neto, Vandarsi Sant'Ana Castro, o bom baiano Jonas Romualdo e outros tantos mais. Enquanto completava os créditos do mestrado, tinha trabalhado como auxiliar de pesquisa num projeto em grande escala, que havia sido coordenado por Brian Head para a antiga Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, intitulado *Desenvolvimento de novas metodologias aplicáveis ao processo de ensino aprendizagem para o ensino de 1º Grau*.

Encerrada o ciclo de integralização de créditos, passei a dedicar-me em tempo integral à elaboração de meu trabalho de mestrado, concluído em 1978 com o título de *Dois fases na aquisição de padrões linguísticos por adolescentes*, aproveitando, em grande parte, a experiência de pesquisa obtida com a participação no projeto mencionado. A banca era composta por Brian Head, o orientador, e os arguidores foram os professores Ataliba Teixeira de Castilho e Maurizio Gnerre. O fato de constituir um trabalho pioneiro em sociolinguística atraiu a curiosidade científica dos mestrandos mais novos do programa.

Quando a defendi, em 22 agosto de 1978, já era docente de linguística da UNESP e, no plano pessoal, tinha as responsabilidades de homem casado e pai de uma menina. Já tinha minha vida pessoal pelo menos provisoriamente arranjada pelos dedos do destino, embora não fosse capaz de prever o fracasso da vida conjugal que adviria mais tarde. Mas essas histórias pessoais não constam da enumeração fria dos *curriculum vitae*. Ficam sumariamente excluídos os descaminhos trilhados, que desgastam fisicamente o corpo e estimulam as cãs. O registro deles que há fica restrito ao espaço generoso da memória, onde se ocultam, entrelaçando-se com os acertos das conquistas.

Retomando o fio narrativo, o objetivo principal da dissertação era investigar, como diz o título, as duas fases cruciais para a aquisição de padrões linguísticos de prestígio no modelo sugerido por Labov.³⁵ A ideia pressuposta é a de que o desenvolvimento de uma variedade padrão compreende seis etapas, mas as cruciais são a terceira e a quarta. Na terceira, o indivíduo, já na adolescência, abandona a influência dos pais para submeter-se à do grupo de pares, tornando-se sensível ao significado social da própria variedade que emprega. Na quarta, de conformidade com essa sensibilidade social, passa também a dominar a capacidade de alterar o registro de acordo com o grau de formalidade da situação.

Com um olhar de relance num espelho atemporal, vejo-me pré-adolescente, um elo perdido da consciência a refletir as razões sociais que procurava meio intuitivamente para abandonar a variedade não padrão de minha comunidade

Entende Labov que as habilidades necessárias ao domínio completo da variedade de prestígio, o qual consiste em alterar consistentemente o registro conforme a exigência das circunstâncias sociais, incluem a capacidade de reconhecer diferenças entre alternativas de expressão e de reconhecer que pelo menos uma delas é uma variante neutra ou de prestígio social, e a outra é estigmatizada.

O trabalho empírico limitou-se à aplicação de testes de percepção de diferença e de reconhecimento de prestígio social, e os dados disponíveis foram analisados segundo variáveis extralinguísticas de natureza tipicamente social, como nível socioeconômico, grau de escolaridade, idade e sexo, mas as variantes examinadas continham diferenças linguísticas relevantes para a discriminação dos casos em termos do dialeto padrão.

No mesmo espírito de dar resposta às indagações sobre as razões das diferenças sociais, associadas já com o tratamento da linguagem, fiz a primeira publicação como pesquisador, que posso avaliar como relevante. Com o texto *A variação linguística*, publicada nos *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º Grau*, fiz uma incursão pela pedagogia da língua materna, que acabou se tornando uma iniciativa pioneira da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Os oito volumes que

³⁵ LABOV, W. Stages in the acquisition of *standard* English. In: *Social Dialects and Language Learning*. Champaign: National Council of Teachers of English, 1964. p. 76-103.

compõem a coletânea perpassam temas inovadores que manifestam evidente interesse pela língua como objeto de ensino. Esses volumes, principalmente os que tratam de questões como norma, variação, escrita e poder, tornaram-se logo extremamente conhecidos em virtude do uso extensivo deles como subsídio pedagógico para cursos de aperfeiçoamento de professores da rede pública de ensino.

Desnecessário dizer que, devido à enorme repercussão que teve, esse texto foi intensamente duplicado para servir de subsídio teórico para cursos de formação de professores em atividades similares patrocinadas pelas instituições de ensino de vários outros estados do Brasil. Vivíamos uma época em que era preciso relativizar a noção de norma prescritiva em proveito do princípio da natureza constitutivamente variável e mutável das línguas naturais humanas. Como prova dessa repercussão, esse trabalho foi republicado, sob licença da Secretaria da Educação, numa coletânea com fins pedagógicos, organizada por Hildo Honório do Couto em Brasília.³⁶

Todos os outros textos publicados que se seguiram e mesmo as apresentações em congressos tinham alguma temática ligada à sociolinguística aplicada ao ensino da língua materna. Os títulos que o digam: *Padrões Linguísticos e estratificação social* (Alfa:35/1980); *A interferência de fatores sociais na aquisição da norma culta* (Alfa:36/1982).

Em virtude de meu pendor para a sociolinguística aplicada ao ensino, fui convidado mais recentemente para participar de um programa desenvolvido pela Reitoria da UNESP para a formação de professores de 1º grau, pelo método à distância, intitulado *Pedagogia Cidadã*. Acabei publicando um trabalho intitulado *Norma culta e variedades linguísticas*³⁷ numa coletânea publicada diretamente para servir de apoio a esse projeto, o que, de certo modo, permite atualizar esse tipo de pesquisa que ainda persiste em minha história acadêmica, apesar de um apego maior à vertente funcionalista que me identifica mais agora como pesquisador.

Minhas preocupações com aspectos variacionistas sem ligação com ensino voltaram-se para o sistema de tratamento, justamente porque tinha tudo a ver mais

³⁶ CAMACHO, R. G. A variação linguística. In: COUTO, H. H. *A redação como libertação*. Brasília: Editora da UNB, 1988. p. 41-54.

³⁷ In: CECANTINI, J. L. C. T.; PEREIRA, R. F.; ANCHETA J. R. J. (Org.) *Pedagogia cidadã: cadernos de formação*. São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Graduação, 2004. p. 47-60, v.1: Língua Portuguesa.

com a parte social da linguagem que as teorias formalistas, como o estruturalismo e o gerativismo haviam isolado do estudo da linguagem.

Com efeito, logo no final da década de 60, ao tentar firmar-se como enfoque alternativo, a sociolinguística variacionista dirigia críticas veementes ao descaso do estruturalismo com a língua em uso no contexto social. Argumentava Labov (1972) que, embora o estruturalismo considerasse a língua como a parte social da linguagem, os linguistas que trabalham nessa linha não tratam absolutamente do aspecto social: consideram que quaisquer explicações sobre os fatos linguísticos devem ser extraídos de outros fatos linguísticos, não de qualquer dado externo sobre o comportamento social. Trabalham, ademais, com um ou dois informantes ou examinam seu próprio conhecimento a respeito do sistema linguístico, que, em termos bakhtinianos, equivaleria a um sistema de formas normativas, tal como se apresenta para a consciência individual.

Enquanto Bakhtin (Voloshinov) havia exposto à crítica um princípio teórico, Labov havia exposto à crítica um princípio metodológico, que ficou conhecido na literatura como o “paradoxo saussuriano”. Se a língua é um sistema gramatical, “que existe virtualmente em cada cérebro”, tal como afirma Saussure,³⁸ sendo, portanto, a parte social da linguagem, é possível obter os dados sobre ela com base no testemunho de um único indivíduo, ou mesmo do próprio investigador. Já os dados sobre a fala, que consiste na parte individual da linguagem, podem ser obtidos mediante o exame do comportamento verbal de um grande conjunto de indivíduos, quando a linguagem está em uso no contexto social.

No arcabouço gerativista, a questão da variação linguística é, por sua vez, habitualmente contornada mediante recurso aos juízos intuitivos do falante-ouvinte sobre a gramaticalidade das construções. No entanto, a suposta uniformidade dos julgamentos intuitivos identifica apenas variáveis linguísticas já implementadas e que, por isso, já teriam recebido correção social aberta. Na verdade, a grande maioria das regras linguísticas se situa num nível bem abaixo de consciência social, sendo, portanto,

³⁸ SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 21.

desprovida de normas sociais abertas que sejam capazes de produzir algum tipo de uniformidade avaliativa.³⁹

Como se vê, as críticas levantadas por Labov eram dirigidas ao parâmetro metodológico tanto da teoria estruturalista quanto da teoria gerativista, mais especificamente à relação entre teoria e dado. Como Chomsky defende a ideia de que uma teoria linguística é subdeterminada pelos dados, é necessário criar medidas de avaliação interna para selecionar a melhor alternativa entre as muitas teorias explanatórias possíveis do mesmo fenômeno.

Contra-pondo-se a isso, Labov argumenta que é no estudo da linguagem em uso no contexto social que a quantidade de dados se expande enormemente, fornecendo, assim, meios de decidir qual análise é a correta dentre as alternativas possíveis. Para sustentar essa posição, Labov adota o conceito de variação e o insere definitivamente nos estudos linguísticos, como uma propriedade inerente, constitutiva da linguagem.

Assumir a teoria sociolinguística representava assumir dois aspectos epistemológicos: por um lado, o princípio teórico da heterogeneidade constitutiva da linguagem, e as consequências que esse princípio tem para a relação entre norma e ensino de língua materna. Por outro lado, o princípio metodológico segundo o qual os dados de base deveriam necessariamente ser buscados na língua em uso no contexto social, um empiricismo renovado que envolve a constituição de *corpora* bem delimitados.

A noção de que a linguagem varia e a variação está arraigada na rede de relações sociais que forma a comunidade social, forneceu-me os instrumentos necessários para o desenvolvimento de projetos variacionistas de que resultaram algumas publicações. Um deles *A dêixis em sua relação com a estrutura social* (*Glotta*: 1/1980) ficou num âmbito de divulgação mais restrito e o outro, *Formas de tratamento nas relações assimétricas* foi apresentado num dos seminários do GEL e publicado por um veículo ligado a essa associação (*Estudos Linguísticos*: 17/1989).

Carreguei comigo essas preocupações teórico-metodológicas quando, logo após finalizar o mestrado, já em 1979, candidatei-me ao doutorado no Programa de Pós-

³⁹ Op. cit. nota 32

Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP de Araraquara sob a orientação de Telmo Correia Arrais, professor mais ligado à semântica que à sociolinguística. Cursei algumas disciplinas situadas na periferia da linguística, como Retórica, ministrada por Dante Tringali, Língua, Cultura e Sociedade, por Maria Tereza Biderman, e outras mais ligadas ao núcleo duro, como Semântica Portuguesa e Teoria dos Casos, ministrado pelo próprio Telmo.

Mantinha ainda meu interesse pela relação sempre beligerante entre norma e diversidade, agora, como um estudo comparativo entre os resultados obtidos no Mestrado, cujos dados haviam sido coletados na cidade de São Paulo, e novos dados que eu estava, então, coletando na própria cidade de São José do Rio Preto.

Em 1984 havia integralizado o processo de investigação e, depois de haver introduzido algumas alterações radicais nos dados e haver aprofundado o tratamento teórico, concluí a redação da tese que levou o título de *Conflito entre norma e diversidade dialetal no ensino da língua portuguesa*. A defesa foi em dezembro de 1984 diante de uma banca altamente competente e rigorosa composta por Alceu Dias Lima e Telmo Correia Arrais, representando a instituição, e Ataliba Teixeira de Castilho e o saudoso Carlos Franchi, do IEL, e Diana Luz Pessoa de Barros da USP, representando os examinadores externos.

A tese teve como principal pressuposto teórico o princípio de que a imposição exclusivista de uma norma prescritiva ao ensino da língua portuguesa está combinada com um sentimento de intolerância para com o dialeto próprio dos alunos da escola pública, provindos da camada socialmente menos favorecida. Essa combinação de ingredientes consistiria no principal componente de um processo, que considerei irreversível, cuja consequência mais grave é a instalação nesses jovens de um sentimento de rejeição à língua.

O objetivo central da investigação empreendida foi comprovar, mediante procedimento empírico, que a desigualdade socioeconômica interfere no processo de aquisição de valores sociais de prestígio vinculados à expressão verbal, e o sistema de ensino contribuiria negativamente para neutralizar essa diferença. Mostrar que a escola reforça a desigualdade, em vez de reduzi-la, equivalia a comprovar que a imposição do

critério prescritivo, como recurso didático exclusivo, consistiria na principal deficiência do processo de ensino de língua materna.

Em certa medida, a tese de doutorado acertava contas com a desigualdade social, aqui vista como desigualdade simbólica do capital linguístico escolarmente rentável, que destina os indivíduos para diferentes guetos de uma hierarquia social.

III. No topo da ladeira

1. A jornada variacionista

Os dados empíricos confirmam plenamente a existência de *variação* e de estruturas *heterogêneas* nas comunidades linguísticas investigadas. É a existência de qualquer outro tipo de comunidade que pode ser posta em dúvida. (...) chegamos à conclusão nos últimos anos de que essa a situação *normal* é a de que a heterogeneidade não é apenas comum, mas é também o resultado natural de fatores linguísticos básicos. Postulamos que disfuncional seria a ausência de mudança de estilo e de sistemas multiestratificados de comunicação (William Labov).⁴⁰

O trabalho até então dirigido para as relações entre a pesquisa linguística e o ensino da língua materna não impedia a manifestação de interesse pelos problemas epistemológicos da própria teoria da linguagem. Tendo provado o gosto pela relação entre língua e sociedade, engrossei o coro dos descontentes com teorias imanentistas e, desta, vez, apelei para o conceito marxista de ideologia. Pergunto se não estaria aí o adolescente revolucionário dos anos 60, indignado com as diferenças sociais, se o indivíduo dotado daquele inconformismo da juventude não seria o mesmo, agora vestido com outros adereços, mas conduzindo o mesmo estandarte.

Como um resultado dessa preocupação, publiquei o artigo *Norma, ideologia e a teoria da linguagem* (*Alfa*: 25/1981). Primeiramente, associei a atitude prescritiva com uma atitude ideológica que se projeta sobre a linguagem. Para mim, era suficientemente natural que, se uma classe detém os meios materiais de produção, predominando no campo material, também predomina no plano espiritual, na medida em que transforma sua visão de mundo em ideias dominantes para a sociedade como um todo.

A ideologia se resumiria, portanto, numa parte explicativa, que são as representações, e numa parte prática de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma justificativa

⁴⁰ Tradução livre de LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972, p. 203.

racional e coerente para as diferenças, obscurecendo a própria existência delas. Como as ideias não exprimem a essência do real, mas a aparência das coisas, é possível considerá-las não só como independentes da realidade, mas sobretudo, como uma inversão da própria relação de representação. Desse modo, a realidade concreta passa a ser considerada a realização das ideias.⁴¹

Conforme argumentei depois, não é apenas no âmbito da fixação de uma norma prescritiva que o processo ideológico tende a interferir no domínio da linguagem. Como a variação é ignorada pelos defensores do prescritivismo, que estimulam a crença do caráter monolíngue da variedade falada no Brasil, na realidade, a própria teoria da linguagem, que pode comungar com um ponto de vista similar, projeta um ponto de vista sobre os fenômenos a investigar. É justamente esse ponto de vista que cria o objeto, ao selecionar certos elementos no conjunto dos fatos heterogêneos (“heteróclitos”, diria Saussure) que constituem a linguagem.

Nesse caso, a descrição linguística acaba se confinando aos elementos pertinentes, ficando os demais situados fora do escopo de sua descrição. Assim, o caráter infinitamente complexo da linguagem pressupõe uma seleção em função da natureza finita de qualquer descrição linguística, e o resultado é um sistema de formas normativamente idênticas, que pode tanto ser chamado de língua quanto de competência.

O estruturalismo europeu nasceu como uma rejeição dos aspectos sociais externos que também deveriam fazer parte do sistema linguístico, como uma tentativa, enfim, de abstrair a linguagem da prática social em que ela se manifesta, em nome de seu caráter supostamente autônomo. Estamos diante de um positivismo, que isola tanto o sujeito da linguagem quanto os próprios elementos entre si, para determinar o esquema de funcionamento e que, num primeiro procedimento de descarte, acaba por isolar também a linguística (cujo objeto é a língua ou a competência) dos entrecruzamentos com ciências conexas que haviam incidido fortemente sobre as especulações e operações linguísticas anteriores.⁴²

⁴¹ Cf. CHAUI, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

⁴² Cf. NETHOL, A. M. Linguística y dependencia. *Arte, sociedad y ideología*. México, DF, v. 3, p. 3-48, 1973.

Bem mais tarde, voltei a tratar de questões teóricas, mas não necessariamente ligadas à pesquisa sociolinguística em *O papel do contexto social na teoria linguística* (*Alfa*: 38/1994). Como se tratava de um volume com núcleo temático dirigido ao funcionalismo, tratei da identificação e da delimitação do objeto de estudo na história então recente da linguística, em que o contexto social acabou sendo relegado a um plano secundário, e o funcionalismo aparecia como uma alternativa relevante para superar esse problema metodológico.

Alguns tentáculos da pesquisa variacionista se estenderam para a orientação de pós-graduação e aqui um fio solto acaba por se atar com um nó não muito seguro à tessitura da narrativa. Antes de inaugurarmos o Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos de São José do Rio Preto, integrei-me ao extinto Programa de Filologia e Linguística Portuguesa de Assis. Pelo título de duas dissertações de mestrado, *Problemas de referenciação e progressão temática na construção do texto escolar* (Marcos Luiz Berti), *Variação de pluralidade no SN e o ensino da Variedade Padrão* (Ana Luzia Videira Parissotto), vê-se logo que deu frutos a relação entre sociolinguística e ensino.

Mais tarde, atuando no Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa de Araraquara, orientei uma tese de doutorado intitulada *Análise Sociolinguística comparativa entre alunos de classes regulares e de classes de aceleração* (Márcia Maria Aquino Sylvestre), dentre outras, que também explorava o mesmo tema.

Até 1995, continuei a publicar trabalhos em sociolinguística variacionista, mais relacionados à análise quantitativa do que à relação entre sociolinguística e ensino, como ocorreu na primeira fase. A partir de 1991, passei a integrar o quadro de pesquisadores de produtividade em pesquisa do CNPq. O primeiro projeto, intitulado *Ambiguidade e redundância na indicação de pluralidade em português*, com o qual me candidatei, tratava de processos de variação de número detectados na variedade falada culta com base nos inquéritos do Projeto NURC.

O desenvolvimento dessa pesquisa teve como resultado a publicação de dois artigos científicos: *Aspectos funcionais e estruturais da concordância verbal no português falado* (*Alfa*: 37/1993) e *Concordância verbal: condições formais e funcionais* (*Estudos Linguísticos*: 24/1995). A questão da leitura sob uma perspectiva social, objeto de discussão em um grupo de trabalho no GEL, foi abordada no artigo *Leitura: aspectos sociais da compreensão* (*Alfa*: 36/1992).

Outros trabalhos foram produzidos em resposta a convites para participar em mesas-redondas justamente com base em minha formação e experiência de pesquisa em sociolinguística. Destaco apenas duas participações. Da mesa-redonda sob o tema *Variação linguística e práticas comunicativas: perspectivas teóricas e metodológicas*, de que participei no Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP de Araraquara, resultou a publicação *Norma, diversidade linguística e ensino (Série Encontros (Perspectivas em sociolinguística): 2/1990*.

Minha experiência em pesquisa sociolinguística motivou um convite para contribuir, para uma obra coletiva de introdução à teoria da linguagem, com um capítulo intitulado *Sociolinguística: Parte II*,⁴³ voltado para a discussão da tendência variacionista de Labov. Para dar conta de outras tendências, mais voltadas para o social, que a de Labov, Tânia Alkmin publicou a parte I do mesmo capítulo.

Anos mais tarde, em 2002, recebi um convite para coordenar uma mesa-redonda em sociolinguística, que organizei em torno do tema *O formal e o funcional na análise sociolinguística*, incluída no programa do 49º Seminário do GEL, com a colaboração dos colegas Marta Scherre e Rosane Berlinck. De minha própria contribuição para a discussão do tema, destaca-se o artigo *Uma retrospectiva crítica da sociolinguística variacionista (Estudos Linguísticos: 31/ 2002)* e um capítulo de livro intitulado *O formal e o funcional na teoria variacionista*.⁴⁴

Acha-se em processo de preparação um livro organizado por Marcos Bagno, em que colaboro como autor com o texto *Sociolinguística e teorias linguísticas*, que deve ser publicado até o final de 2009. De certo modo, esse texto serviu para demonstrar minha insatisfação com a vertente formalista que a teoria laboviana assumiu nos últimos 30 anos e, ao mesmo tempo, minha adesão ao funcionalismo que foi apenas se acentuando em minha formação a partir dos anos 90, por conta de um incorformismo natural com coisas destituídas de valor social.

Para sustentar a ideia de que fenômenos reais, observáveis nos dados empíricos coletados na comunidade de fala, é que devem constituir o verdadeiro substrato da

⁴³ In: MUSSALIN, F, BENTES, A. C. (Org.) *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 49-75, v.1.

⁴⁴ In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.) *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 55-65.

análise linguística, Labov (1969)⁴⁵ adotou o formalismo da gramática gerativa para representar esse tipo de processos de variação. Essa metodologia incluiu inovações na regra de reescrita do paradigma chomskiano, como a adoção de colchetes angulares para referir-se a variáveis dependentes e expoentes gregos para indicar o grau de influência de um condicionamento sobre o outro, transformando, portanto, na representação formal, a noção de regra opcional em regra variável.

Apesar das substanciais descobertas de regularidades sob a égide da noção de regra variável, esse conceito entrou rapidamente no fogo cerrado da crítica, que, em vez de arrefecer, ampliou ainda mais seu poder de combustão quando, na década de 70, o conceito foi estendido aos fenômenos sintáticos com os mesmos métodos aplicados aos fenômenos fonológicos. Esse momento representou a primeira grande ruptura no estatuto metodológico da teoria variacionista em razão de forte reação, provocada principalmente por Lavandera (1978)⁴⁶ que pôs em crise o estatuto teórico da regra variável, quando aplicada à sintaxe.

O que parece teoricamente problemático para a noção de regra variável é o hibridismo teórico que ela implicava. Esperava-se que o mesmo mecanismo analítico formal desse conta de dois tipos diferentes de frequência: as que são motivadas pelo contexto linguístico em que as unidades em análise aparecem e, portanto, são dele dependentes; as que não são motivadas pelo contexto extralinguístico e por isso podem caracterizar diferentes grupos sociais.

Confiantes na gramática gerativa dos anos 60, que usava o mesmo formalismo das regras de reescrita para a fonologia e para a sintaxe, sob a liderança de Labov, os variacionistas não viram problema em estender as regras para acima e para além da fonologia. Se a fonologia, a morfologia e a sintaxe eram todas formalizadas pela gramática gerativa mediante regras de reescrita, não haveria obstáculo algum para que, na sociolinguística, o condicionamento variável da regra fonológica fosse estendido a outros níveis da gramática, como o sintático.

⁴⁵ LABOV, W. Contraction, deletion and inherent variability of the English copula. *Language*. Baltimore, v. 45, p. 715-62, 1969.

⁴⁶ LAVANDERA, B. R. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language in Society*. v. 7, p. 171-82, 1978.

A implantação do modelo formal de regra variável teve afinal vida curta motivada pela lenta agonia do modelo governado por regras na própria gramática gerativa, que, ainda no âmbito da Teoria da Regência e da Ligação (CHOMSKY, 1986),⁴⁷ reduziu o aparato transformacional a uma regra de movimento com condições muito restritivas de aplicação. Por isso, a regra variável foi abandonada sem muito alarde pela própria sociolinguística variacionista, talvez por causa de um entendimento implícito dos problemas explanatórios que gerou.

Entretanto, o abandono do conceito de regra variável não desviou a sociolinguística dos trilhos do formalismo adotado na década de 70. Na realidade, mantendo inalterável a posição assumida no texto de 1983 em parceria com Weiner⁴⁸ de que motivações formais são prioritárias em relação às funcionais, Labov (1987) reduziu drasticamente o alcance das explicações funcionais, enumerando uma série de argumentos com contraexemplos que explicitamente favorecem a autonomia do formal.⁴⁹

Para discutir criticamente essa questão, retomei um projeto antigo, já mencionado, aqui, mas devidamente repaginado sob o título de *Motivações formais e funcionais da marcação de pluralidade no português falado na região de São José do Rio Preto*, que recebeu auxílio financeiro da FAPESP em 2006.

Formei uma equipe de pesquisa com quatro bolsistas de IC e tratei de submeter dados de indicação de pluralidade, obtidos em *corpus* coletado na região de São José do Rio Preto, a um tratamento variacionista, de base quantitativa, considerando a interconexão entre as duas variáveis, a marcação de plural no SN e a marcação de plural na 3ª pessoa verbal.

A principal motivação teórica para a reatualização de uma proposta de 1991, foi a de buscar razões que confirmassem se a hipótese mais plausível para explicar a ausência/presença de marcas de pluralidade, em fenômenos de concordância nominal e verbal, tem natureza funcional, devido à redundância, ou, alternativamente, tem

⁴⁷ CHOMSKY, N. *Barriers*. Cambridge: The MIT Press, 1986.

⁴⁸ WEINER, E. J.; LABOV, W. Constraints on the agentless passive. *Journal of Linguistics*. v. 19, p. 29-58, 1983.

⁴⁹ LABOV, W. The overestimation of functionalism. In: DIRVEN, R.; FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p. 311-32.

natureza formal, estrutural, devido à repetição de estruturas em paralelismo formal. Esse debate provém da posição mais recentemente assumida pela sociolinguística variacionista de que a maioria das explicações deve ser buscada em princípios mecânicos, formais, que praticamente isolam os sujeitos da interação como agentes dos processos de variação e dos mecanismos mediante os quais a linguagem evolui.

A pergunta, ainda mais genérica, foi a seguinte: por um lado, quanto do que ocorre com a língua, em termos de variação e mudança, é resultado do trabalho social de seus usuários a partir de informação cognitiva que retêm sobre a estrutura da linguagem e da identidade social específica de que são dotados. E, por outro, quanto é derivado da organização estrutural do próprio sistema linguístico, seja em termos de motivações funcionais seja em termos de motivações formais.

Os resultados permitiram-me sustentar o argumento de que mesmo estruturas em paralelismo atuam em decorrência de algum procedimento cognitivo. Quando se evoca a participação humana, ao postular-se um procedimento cognitivo na marcação variável de pluralidade, evoca-se também o princípio de que o binômio variação-e-mudança é o resultado do trabalho social dos usuários de uma língua a partir de informação cognitiva que eles retêm sobre a estrutura da linguagem e da identidade social específica de que são dotados, não o resultado de processos mecânicos derivados da organização interna, estrutural, do próprio sistema linguístico, que parece ganhar, assim, existência independente da atuação de seus usuários.⁵⁰

Parece-me que as críticas mais graves dirigidas à metodologia variacionista, como a de Garcia (1985),⁵¹ é justamente o esvaziamento do falante enquanto agente condutor de seu próprio discurso. Uma nova tendência inaugurada por Eckert (2000) repropõe o conceito de variável linguística, que passa a constituir o espaço privilegiado da construção do significado social da linguagem.⁵² Essa via sociolinguística, que se desenvolveu mais recentemente, está centrada na variação não como o reflexo do lugar

⁵⁰ CAMACHO, R.G. *Motivações formais e funcionais da marcação de pluralidade no português falado na região de São José do Rio Preto*. Relatório Científico apresentado à FAPESP. São José do Rio Preto, 2008.

⁵¹ GARCÍA, E. C. Shifting variation. *Lingua*, v. 67, p. 189-224, 1985.

⁵² ECKERT, P. *Linguistic variation as social practice*. Oxford: Blackwell, 2000.

social num ponto de uma escala socioeconômica, mas como um recurso para a construção de significado social.

Eckert tem justamente se voltado para a necessidade de conectar essas categorias sociais mais abstratas, arraigadas na experiência do falante com base no conceito de comunidade de prática, definido como um conjunto de pessoas que se agregam para engajar-se em algum empreendimento comum. Na esteira desse engajamento, a comunidade de prática desenvolve meios para fazer coisas que se traduzem em práticas e essas práticas envolvem a construção de uma orientação compartilhada em relação ao mundo em volta – uma definição tácita que os membros assumem uns em relação aos outros e em relação a outras comunidades de prática.

O conceito-chave para o processo de construção é o de prática estilística. Até aqui, nos estudos variacionistas, o estilo tem sido tratado como ajustes à (in) formalidade da situação mediante o uso de variáveis individuais. A face renovada de estilo o identifica com o modo como os falantes combinam variáveis para criar modos distintivos de fala, que fornecem a chave para a construção da identidade.

A identidade consiste, por sua vez, em tipos particulares explicitamente localizados na ordem social. Continuamente, os falantes atribuem significado social à variação de um modo conseqüente, situação que implica certo grau de agentividade, que o trabalho de Eckert (2000) parece querer recuperar. A meu ver, está aí uma porta que se fecha, a vertente variacionista, mas, ao mesmo tempo, abre-se um novo limiar sobre os mesmos fenômenos, dando a um pesquisador inconformado com o formalismo em si só a confiança de mirar uma vez mais para um futuro promissor.

2. A jornada funcionalista

A história da linguística (americana) dos últimos cinquenta anos está inundada de argumentos estéreis, de ascensão e queda de pseudoteorias e de questões ilusórias, cuja relação com os fatos da linguagem são, no máximo, muito tênues. No curso dessa história, minaram-se os alicerces da linguística em sua aspiração a tornar-se uma ciência empírica. Um uso cada vez mais perverso da terminologia-chave, como *dado*, *teste empírico*, *teoria* e *explicação*, privou de sentido e utilidade para a linguística esses conceitos fundamentais da ciência (Talmy Givón).⁵³

⁵³ Tradução livre de GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic, Press, 1979. p. 1.

Uma pausa para uma reflexão (ou uma questão de ordem). Um dogma positivista dissolvido pela teoria funcionalista é o da arbitrariedade radical da língua, uma vez que, no plano sintático, parece ser hoje muito mais aceitável a ideia de motivação icônica que a de imotivação. Assim, numa narrativa de experiência pessoal, os fenômenos não são arbitrariamente ordenados no relato, mas a ordem de aparecimento na verbalização é sintaticamente motivada pela ordem em que ocorrem no mundo real.

Entretanto, quanto mais complexa a narrativa, menos icônica é a relação entre os eventos narrados e os eventos ocorridos. Assim é que em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* não se sabe se quem narra é um autor defunto ou um defunto autor; sabe-se apenas o quanto os dois sintagmas têm de irônico, ao definir prototipicamente a ordem do elemento nuclear e a do elemento modificador, por pressupor ao mesmo tempo referência a um morto, enquanto autor e a autor que é póstumo.

Guardadas as devidas proporções, esta memória desentranha fios que se acham regularmente entremeados na perspectiva cronológica, dado que a organização dos temas deixa o tempo da narrativa incapaz de simplesmente recuperar o tempo dos eventos. Isso pressupõe que as vertentes variacionista e funcionalista não estão desalinhas na vida do pesquisador quanto estão na recuperação da memória do narrador. Sorte minha que não sou um defunto autor, embora possa muito bem ser um autor defunto, mas esta é outra história (ou estória?).

Na realidade, as coisas vão narradas como se fossem linhas paralelas, mas minha evolução acadêmica envolve uma trajetória que se iniciou na teoria variacionista e se voltou para a teoria funcionalista, praticamente o mesmo caminho trilhado pela grande maioria de outros colegas variacionistas do Brasil, principalmente o grupo que se concentra na UFRJ em torno do PEUL.

Os sociolinguistas passaram a atuar também como funcionalistas, quando, conforme já mencionado, o paradigma variacionista sofreu sua grande crise epistemológica na década de 70, com a extensão à variação sintática dos mesmos métodos e das mesmas técnicas aplicados à variação fonológica.

Vale lembrar que a principal crítica à noção de regra variável se resume à questão da real equivalência semântica entre duas variantes sintáticas, principalmente porque a noção de equivalência semântica implicaria uma redução muito drástica da noção de significado referencial. Em vez de operar com essa concepção extremamente limitada de significado, Lavandera (1978)⁵⁴ propôs substituir o conceito de equivalência semântica pelo de comparabilidade funcional. Como uma tendência irrefreável a essa orientação teórica, preocupei-me com condições já funcionais para aspectos variáveis ao publicar o texto *Concordância verbal e verbos existenciais* (*Estudos Linguísticos*: 23/1994), mostrando que a ausência de marcação de número tem a ver com o caráter apresentativo dos verbos existenciais, o que já se configurava um parâmetro funcional.

Praticamente todo o trabalho variacionista aplicado à sintaxe a partir da década de 80 passou a trabalhar com esse tipo de critérios, e os fatores de análise de natureza semântica e pragmática mantiveram o caráter rigorosamente quantitativo do método variacionista.

A face variacionista de minha formação tendeu para a mesma direção e é bem possível que a face funcionalista tenha sido reforçada em minha carreira acadêmica, por uma coincidência do tipo que é manipulada pelos deuses. Por volta de 1993, recebi um convite de Ataliba Teixeira de Castilho para me juntar aos pesquisadores do grupo de Sintaxe I do Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF), formado por uma maioria funcionalista. A maioria funcionalista era constituída por pesquisadores como o próprio Ataliba, Rodolfo Ilari, Maria Helena de Moura Neves, Sírio Possenti, Maria Luiza Braga, e uma minoria gerativista era formada por Carlos Franchi e Esmeralda Negrão. A esse grupo de grande quilate, juntamo-nos Erotilde e eu.

O Grupo de Sintaxe I se dedicava ao estudo das classes de palavras mais vistas como processos do que como produtos. Nesse caso específico, o procedimento aparentemente taxonômico, tão criticado por Chomsky, no início do gerativismo, é na realidade um processo de abstração realizado sobre o funcionamento sintático, semântico e pragmático das chamadas “partes do discurso”. Em consequência disso, o grupo de Sintaxe I optou por uma abordagem funcionalista da gramática, o que implica enxergar o sistema gramatical como uma competência comunicativa, abordagem que é

⁵⁴ LAVANDERA, B. R. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language in Society*. v. 7, p. 171-82, 1978.

plenamente compartilhada pelo GT de Descrição do Português da ANPOLL onde nasceu a ideia de uma gramática do português falado.

Em termos gerais, nos estudos funcionalistas do PGPF, postulou-se que a língua é uma atividade social, por meio da qual se veicula a informação, expressam-se os sentimentos e age-se sobre o outro. Assim concebida, a língua é um somatório de usos concretos, historicamente situados, envolvendo sempre um locutor e um interlocutor localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico previamente negociado. A língua, portanto, é constitutivamente heterogênea, e a gramática deve ser sensível a essa propriedade.

O modo como a competência comunicativa se revelou foi necessariamente ligado ao exame da língua em uso no contexto social, com base no *corpus* do NURC, que, “mais que um produto é entendido como lugar de manifestação do complexo que representa a atividade linguística dos sujeitos”.⁵⁵

Enfim, recusando a ideia de que o léxico de uma língua reúne um conjunto de itens estáticos, prontos para o uso, os pesquisadores do grupo de Sintaxe I preferiram ressaltar o caráter dinâmico, mutável das classes ao longo de um texto, governado não pelas determinações do sistema, mas sim pelo contexto interacional do ato de fala.

Pode-se dizer que esse modo de ver se baseou nos seguintes pressupostos, que adapto em grande parte de Neves (1996a: 422): (1) O pressuposto de que a identificação dos processos se faria a partir da observação do comportamento discursivo-semântico-sintático das classes de palavras no interior do texto e a partir das marcas da interação que ele contém. (2) O pressuposto de que os itens em funcionamento na atividade linguística, como as classes de palavras, atuam nesses processos. (3) O pressuposto de que a ativação desses processos básicos - em que se pode incluir referência, predicação, conexão, conjunção e foricidade - é especialmente afetada pela diferente caracterização da atividade linguística oral em relação à escrita. (4) O pressuposto de que essa determinação de diferentes necessidades, em cada uma das modalidades de produção linguística, se situa no

⁵⁵ NEVES, M.H.M. Reflexões sobre a investigação gramatical: projeto GPF-grupo Sintaxe I. Em: Jacyra Mota e Vera Rolemberg (Orgs.) *Atas do I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística*. Salvador: ABRALIN/FINEP/UFBA. p. 421-426.

subsistema probabilístico de atividade linguística, isto é, no domínio das escolhas para o cumprimento das funções.⁵⁶

Mais tarde, comecei a associar a orientação funcionalista do grupo com uma identificação mais estreita com uma teoria funcional de gramática, cujo principal compromisso é descrever a linguagem não como um fim em si mesmo, mas como um requisito pragmático da interação verbal. Sendo assim, comecei a identificar-me com a vertente holandesa de funcionalismo denominada Teoria da Gramática Funcional. Segundo esse enfoque, a análise linguística deveria envolver dois tipos de sistemas de regras: (i) as regras que governam a constituição das expressões linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas); (ii) as regras que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são usadas (regras pragmáticas); dito de outro modo, os princípios constitutivos da estrutura e os princípios constitutivos do processamento dessas estruturas.

O sistema de regra (i) deve ser visto como instrumental com relação aos objetivos e propósitos do sistema de regra (ii): o requisito básico do paradigma funcional é que as expressões linguísticas devam ser descritas e explicadas em termos da organização geral estabelecida pelo sistema pragmático de interação verbal.

Com essa base teórica, passei a trabalhar num ritmo frenético, conforme requeria a agenda do Projeto de Gramática do Português Falado. Estabelecíamos um programa mínimo e discutíamos que parte do latifúndio caberia a cada investigador, conforme as inclinações teóricas e os interesses pessoais. Em seguida, fazíamos a pesquisa no chamado Corpus Mínimo do PGPF, extraído dos dados do Projeto NURC, e apresentávamos o resultado da descrição num congresso fechado, que era invariavelmente organizado num hotel de Campos do Jordão. Além do clima ameno do lugar, extremamente favorável a lucubrações mentais, preços acessíveis fora da temporada de inverno, Campos do Jordão tem uma posição geográfica estratégica, situada mais ou menos na confluência de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, estados que reuniam a maioria dos pesquisadores. Debatidos os trabalhos, eles eram finalmente refeitos e publicados nos volumes descritivos que compõem a série *Gramática do Português Falado*.

⁵⁶ Cf. NEVES, M.H.M., op. cit, nota 29.

Quando ingressamos no grupo, Erotilde e eu deparamos com o estudo do nome, um assunto já em progresso na agenda, e de pronto nos identificamos com subcategorias do substantivo pouco trabalhadas nas gramáticas do português, os contáveis e os não-contáveis. Discutimos, no texto *As subcategorias nominais contável e não-contável*, publicado no volume V da *Gramática do português falado*, se o caráter contável e não-contável deveria constar ou não na própria entrada lexical com base em alguma controvérsia sobre o assunto registrada em nossas fontes. Um fato praticamente irrefutável é o de que, muitas vezes, um nome considerado caracteristicamente contável pode aparecer utilizado em contexto de nomes contáveis. Embora os lexemas distingam-se inequivocamente um do outro quanto a essa subcategorização, há certas propriedades de natureza morfossintática que podem subverter o traço lexical típico, caso em que seria a referência discursiva do SN que conteria a leitura de contável ou de não contável, subvertendo assim os traços contidos no próprio item lexical.

Embora tenha sido essa a primeira participação no PGPF, o interesse pela gramática funcional já se havia manifestado um pouco antes; na verdade, logo no início da década de 90, quando me envolvi com a leitura da tese da Erotilde (Goreti Pezatti), defendida em 1992, cujo tema - a ordem de palavras no português falado – predisps a pesquisadora a postular, mais especificamente, um caráter tipológico de língua de ergatividade cindida.

Como toda a argumentação da tese da Erotilde envolvia ordenação de constituintes numa perspectiva funcionalista de base norte-americana, com menção explícita a Wallace Chafe, John Du Bois, Paul Hopper, Sandra Thompson e outros, os primeiros contatos com a Teoria de Gramática Funcional de S. Dik levou-me a um projeto de pesquisa em parceria com ela tendo por objetivo fornecer uma interpretação funcional alternativa para fenômenos de ordenação, já interpretados por outros estudos funcionalistas ou por estudos gerativistas. Segundo a metodologia adotada, as generalizações de natureza sintática decorreriam necessariamente de generalizações de natureza semântica e pragmática.

Como o enfoque funcional prevê a coexistência de diferentes padrões de ordenação, usados em diferentes condições e para diferentes propósitos, postulávamos que o PB dispõe de dois padrões igualmente relevantes – a ordem SVO e a ordem VS

– e pragmaticamente motivados. Em *Aspectos funcionais da ordem de constituintes* (Delta: 13,2/1997), argumentamos que as motivações pragmáticas relacionam diacronicamente os padrões funcionais em uso a uma mudança ainda em curso na classificação tipológica do português brasileiro de um tipo primitivamente VSO para o tipo SVO atualmente predominante. Esse tema voltou à baila de modo mais desenvolvido em um número especial da revista *Alfa* (Estudos em Gramática Funcional: 41/1997) com outro artigo em coautoria sob o título de *Ordenação de constituintes na sentença: uma interpretação funcional*.

Esses trabalhos sobre ordem e a leitura dos textos produzidos pelo grupo holandês forneceram-me subsídios para submeter ao CNPq o projeto de pesquisa *Aspectos funcionais da atribuição de sujeito e de objeto* como bolsista de produtividade, desenvolvido de 1993 a 1995, logo após a pesquisa sobre número de feição variacionista.

O desenvolvimento desse novo projeto me deu condições muito favoráveis para a escolha de um tema para a agenda seguinte do PGPF, que se destinava ao estudo do verbo como elemento predicador. Já sem parceria, desenvolvi o tema que propiciou a publicação do texto *O papel da estrutura argumental na variação de perspectiva* no volume VI da série Gramática do Português Falado.

Para desenvolver esse tema, baseei-me na Teoria da Gramática Funcional de S. Dik, segundo a qual as funções de sujeito e objeto servem para dar determinada perspectiva à sentença e, como tais, não se esgotam no comportamento trivial que decorre do nível sintático, definida para o sujeito como estar em posição inicial, receber caso nominativo, controlar concordância, correferência, reflexivização etc.

Como essas duas funções sintáticas podem ser atribuídas a termos com diferentes funções semânticas, é justamente essa atribuição que reorganiza a orientação básica inerente da predicação que designa um estado de coisas. São questões de perspectiva que definem a seleção de sentenças como *O vaso quebrou*, com uma função semântica de afetado atribuída à função de sujeito ou como *José quebrou o vaso*, em que é um agente controlador ou uma força não-controladora, que exerce a função de sujeito, determinando condições semânticas e discursivas diferentes para cada escolha.

O verbo retornou à agenda do grupo de Sintaxe I: o estudo das categorias de número e pessoa, voz, modalidade, tempo e aspecto havia sido adiado e o grupo sentiu necessidade de retomá-lo. Responsabilizei-me pela categoria de voz, assunto com o qual já vinha trabalhando em um projeto de produtividade em pesquisa enviado ao CNPq para o triênio 1999-2001 (*Tipologia das construções de voz e ponto de vista*) que dava continuidade ao do biênio anterior (*A hierarquia de funções semânticas e a atribuição de funções sintáticas*). A essas alturas, eu entretecia os fios de meu trabalho de pesquisa como bolsista do CNPq com os da descrição que fazia para o trabalho sobre classes de palavras para o PGPF.

Este projeto tinha como objetivo examinar a atribuição de funções semânticas e de funções sintáticas em relação a fatores pragmáticos, focalizando os processos marcados em que a construção sentencial envolvesse mecanismos de perspectivização.

Em *Estrutura argumental e funções semânticas* (Alfa. 43/1999), assumi o postulado funcional de que a gramática depende de três módulos interdependentes – o sintático, o semântico e o pragmático – para verificar, por um lado, a relevância da estrutura temática para a determinação da estrutura sintática e, por outro, a influência dos procedimentos discursivos na organização sintático-semântica das construções sentenciais.

Vê-se nesse trabalho bem mais que um dedo do linguista holandês Simon Dik, cuja influência estava explícita, embora o trabalho não se limitasse a reproduzir as posições sustentadas por ele; ao contrário, propunha uma revisão crítica do próprio modelo em termos da conexão entre a Hierarquia de Funções Semânticas e a noção de perspectivização, dois pontos chave da Teoria de Gramática Funcional. Atitude crítica similar foi aplicada a outro trabalho publicado em periódico eletrônico no exterior, intitulado *Argument structure and semantic function assignment in Brazilian Portuguese* (*Journal of Language and Linguistics*: 1/2002).

Assumir um determinado enfoque teórico não implica necessariamente concordar acriticamente com todos os seus pressupostos. Refletindo sobre a nova versão da GF, a GDF, vejo com certa clareza o grau de interesse que Dik mantinha sobre a sintaxe, apesar de estabelecer princípios que asseguram a predominância das motivações semânticas e pragmáticas em relação às motivações meramente estruturais.

A ideia de que voz é uma questão de atribuição de funções semânticas e perspectivização do estado de coisas, hipótese que já vinha desenvolvendo na descrição do português falado, ganhava cada vez mais corpo em meus interesses, e uma série de trabalhos foram publicados em periódicos especializados ou apresentados em reuniões científicas. Essa conexão deu muitos frutos em termos de divulgação, mas me restrinjo aqui à menção de um capítulo para o volume VIII da série *Gramática do português falado*, que acabou intitulado *Construções de voz*, um artigo promovendo a defesa da categoria de voz média: *Em defesa da categoria de voz média no português (D.E.L.T.A.: 19/2003)* e mais recentemente *A gradação tipológica das construções de voz (Gragoatá: 21/2006)*.

O trabalho central, o mais longo, publicado como capítulo de livro, mostra que, do ponto de vista funcional, as construções de voz exercem uma variedade de valores semânticos e pragmáticos que, do ponto de vista sintático, aparecem codificados por diferentes tipos de configurações estruturais.

Em função dessa complexidade, o trabalho tipológico prefere definir voz não a partir de configurações sintáticas, de que nem todas as línguas dispõem, mas a partir de domínios multifuncionais que, de uma forma ou de outra, estão total ou parcialmente presentes nas diversas línguas. Assumi o princípio postulado por Givón de que a expressão de voz no português falado envolve três domínios funcionais: (i) topicidade – atribui-se a função de tópico a um argumento não-agente, comportamento oposto ao da sentença ativa, em que o tópico é comumente o sujeito/ agente; (ii) impessoalidade – suprime-se a identidade/presença do argumento agente, geralmente o argumento expresso da sentença ativa; (iii) detransitividade – a construção de voz é semanticamente menos ativa, menos transitiva, mais estativa que a construção ativa correspondente.

O principal interesse desse estudo foi o de fornecer uma organização funcional à diversidade morfossintática das construções de voz que coexistem no português (passiva, impessoal, média, adjetival), tendo por principal alegação que essa caracterização é escalar, não discreta. A aplicação dos traços mostra que a passiva adjetival é a mais marcada e a impessoal é a menos; a passiva e a média ficam em posição intermediária, mas os traços que as definem não são os mesmos.

De novo a narrativa descarrilou como um trem desgovernado, que o maquinista ainda é capaz de controlar, para ligar pontas do mesmo fio com diferentes cronologias, que envolveram meus estudos com ordem de constituintes, ponto de vista, estrutura argumental e voz. Retorno um pouco no tempo para retomar outro fio condutor de minha pesquisa, especificamente ligado à gramática do português falado, ou mais especificamente às classes de palavras.

No momento em que conectivo e voz praticamente se entrecruzaram, dediquei-me ao estudo de uma relação coordenativa aparentemente desprovida de atração para um pesquisador: a de conjunção. Conforme já mencionado, a principal tendência do grupo de pesquisa em Sintaxe I era tratar das classes como processos e não como produtos; por isso, ajustei uma lente enviesada para o juntor *e*, e se digo “enviesada” é porque, se o tema incidia sobre a conjunção, o foco convergia para as construções que elas conectam. O principal resultado desse trabalho na agenda sempre apertada do PGPF foi o texto *Estruturas coordenadas aditivas*, publicado no volume VII/1999 da série *Gramática do Português Falado*.

Nesse trabalho, estudei as estruturas coordenadas aditivas com o propósito de fornecer uma tipologia dos usos da chamada relação de conjunção com base numa investigação que primou por tratar dos diferentes níveis da gramática. O enfoque assumido foi o funcional-cognitivo, que se casou, com alguma complementaridade, com o enfoque de Simon Dik com o de Eve Sweetser,⁵⁷ razão primária do rótulo “funcional-cognitivo” colado no enfoque.

O enfoque dikiano propiciou o tratamento da relação de conjunção em diferentes níveis de organização, que se poderia chamar coordenação de termos (intra- e intertermos) e coordenação de orações. Principalmente a ascensão a níveis mais elevados de análise conduziu, de um lado, à necessidade de levar em conta a simetria e a assimetria das relações e, de outro, à necessidade de lidar com processos discursivos de natureza pragmática, como a ligação que o juntor estabelece entre dois diferentes atos discursivos.

⁵⁷ Cf. SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: University Press, 1991.

As relações de conjunção e as relações de disjunção foram exploradas num texto em parceria com a Erotilde (Goreti Pezatti) num número especial do volume 15 da *D.E.L.T.A.*, organizado em homenagem ao Ataliba (Teixeira de Castilho). A parceria ficava estabelecida para o tratamento comum e se desfazia no tratamento de dois tipos diferentes de coordenação, a relação de conjunção sob minha responsabilidade e a relação de disjunção sob a responsabilidade dela.

Partindo do princípio de que a motivação cognitiva perpassa todos os níveis da gramática de uma língua, exploramos a hipótese de que, embora destituídos de reduplicação formal, os processos de conjunção e de disjunção resultam de uma transferência perceptual-cognitiva de mecanismos comuns de repetição. Mediante uma análise multifuncional da coordenação, procuramos demonstrar que a ligação de termos é o modelo que ativa os processos de ligação de orações em que as conjunções aditiva e alternativa estabelecem relações de conteúdo no nível representacional e relações epistêmicas e ilocucionárias no nível interacional. Vê-se aí um dedo de Sweetser.

É um tanto curioso o modo como os fios vão se entrelaçando e formando uma malha complexa, que é o conjunto do trabalho científico. Minha pesquisa da relação de conjunção propiciou a iniciação científica de um aluno de graduação, Eduardo Penhavel, que depois desenvolveu trabalho próprio sobre o assunto no mestrado e ainda hoje insiste nas relações textual-discursivas, apoiado na abordagem dos marcadores. Em coautoria publicamos um texto, resultado de pesquisa conjunta com os holofotes dirigindo o foco de luz ainda para a Teoria de Gramática Funcional, mas já iluminando novos caminhos que iriam desaguar na versão renovada dessa teoria, que é a Gramática Discursivo-Funcional. Fazendo uma digressão, logo se vê que faço uso de uma estratégia discursiva para alinhar outro ponto à malha já entretecida que constitui este texto, a relação com uma orientação de mestrado como ponto de fuga e de chegada a um novo espaço de pouso.

No texto intitulado *Uso multifuncional e níveis de análise: interface gramática e discurso* (*Revista do GEL*: 1/2004), defendemos, Eduardo e eu, a ideia de que o conectivo aditivo é empregado não só para estabelecer conjunção de conteúdos, exercendo a função ideacional, representada na teoria dikiana pela camada da predicação, mas

também para estabelecer a conjunção epistêmica e a ilocucionária, perfazendo, assim, a função interpessoal, que se acham representadas, na versão da Gramática Funcional, pelas camadas da proposição e da oração respectivamente. A constatação de que, além de atuar no nível intraoracional, o conectivo atua também no nível textual-interativo, levou-nos a necessidade de expandir gramáticas sentenciais, inclusive a GF, para gramáticas do discurso.

A ideia, que estava apenas embrionária nesse artigo em parceria, foi explorada mais tarde no texto *A interface sintaxe e discurso na gramática funcional* que publiquei no livro *Os fatos da linguagem, esse conjunto heteróclito*, organizado por Renata Marchezan e Arnaldo Cortina. Meu papel nessa coletânea foi mostrar como o funcionamento da gramática de uma língua, encaixado na relação entre o sistema e o uso, é capaz de explorar a linguagem a partir do caráter heteróclito de seus fenômenos (antes intuído por Saussure, mas mantido por ele sob rédeas curtas). Esse modo de ver que substituí a natureza discreta, descontínua pela natureza contínua e multifuncional das categorias de análise, ajusta-se a modelos teóricos que enxergam o subsistema gramatical como independente, mas relacionado aos subsistemas semântico e pragmático como a Teoria da Gramática Funcional de Dik e, especialmente, a Gramática Discursivo-Funcional.⁵⁸

É cara aos modelos funcionalistas a necessidade teórica de tratar aspectos formais da linguagem. No entanto, eles não são vistos como se constituíssem um sistema independente, que basta a si próprio, mas como um sistema diretamente vinculado ao discurso, da língua em uso no contexto social, justamente o aspecto da linguagem considerado como caótico, assistemático e desordenado pelas teorias formais.

Esse texto discute as diferenças e as similaridades entre o modelo organizado por S. Dik e a nova arquitetura, projetada por Kees Hengeveld, mostrando a atuação multifuncional do conectivo *e* no nível Interpessoal, na junção de *moves* e atos discursivos e a atuação de *e* no nível Representacional, na junção de unidades das camadas da predicação e da proposição.

⁵⁸ Cf. HENGEVELD, K. The architecture of a functional discourse grammar. In: MACKENZIE, J. L., GÓMEZ-GONZALEZ, M. A. (Ed.) *A new architecture for functional grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 1-21.

A essas alturas da vida acadêmica, minha opção funcionalista estava mais que definida, e o trabalho com o PGPF havia encerrado a fase descritiva, que exigia muita concentração para cumprir a agenda sempre justa e apertada dos seminários e das publicações. Não que o trabalho tenha se esgotado; ficaram por fazer os textos que deveriam compor a Gramática de Referência, um sonho que sempre moveu o coordenador do projeto. Encarregado de redigir o capítulo sobre o substantivo, firmei parceria com dois colegas do Departamento, Marize Dall’Aglío-Hattner e Sebastião Carlos Leite Gonçalves e, assim, a seis mãos, desenvolvemos o texto *O substantivo* que ainda espera para ser publicado no que deve constituir o volume 3 da *Gramática do Português Falado*.

Durante esse tempo, nunca deixei de manter minha atuação de pesquisador do CNPq, agora sem as linhas paralelas que se cruzavam com as do PGPF. De 2003 a 2006, desenvolvi o projeto *A estrutura argumental dos nomes deverbais*, sustentado pelo programa de produtividade em pesquisa do CNPq, recuperando a relação entre um tipo de predicado, agora o nome deverbal, e sua estrutura argumental.

Nesse projeto, assumi o postulado de que os nomes deverbais, um tipo de predicação encaixada, mantêm praticamente intacta a estrutura valencial do termo primitivo que lhes dá origem; além disso, como podem funcionar como termos na predicação matriz, assumem funções que, de outro modo, não seria possível assumirem, caso se mantivessem como verbos.

O objetivo deste projeto era, portanto, estabelecer o modo de funcionamento gramatical dos nomes deverbais, com reflexos evidentes sobre as relações de centralidade e perifericidade na hierarquia, que define a natureza prototípica dos nomes em português, além de examinar as funções semânticas e pragmáticas que definem a seleção de um nome deverbal na estrutura da construção complexa.

Com o desenvolvimento desse projeto em curso, em 2005, obtive bolsa FAPESP para um pós-doutorado na Universidade de Amsterdã sob a supervisão de Kees Hengeveld. O projeto submetido à assessoria científica da FAPESP foi, em parte, o mesmo que desenvolvia como bolsista de produtividade para o CNPq.

O estágio na Universidade de Amsterdã deu continuidade a um processo de aprofundamento de meu estudo sobre o nome deverbal em direção do trabalho tipológico, além do estabelecimento de generalizações teórica e empiricamente sustentáveis sobre o nome em geral e sobre a relação funcional entre classes de palavras e categorias sintáticas. O texto final foi publicado como *The argument structure of deverbal nouns in Brazilian Portuguese (Web Papers in Functional Grammar:81/2007)*, não antes de ser apresentado nas sessões da sexta à tarde do Grupo de Gramática Funcional da Universidade de Amsterdã, espaço em que foi exaustivamente debatido pelos demais participantes.

Outro texto publicado nessa área foi *The dynamic implementation of non-overt arguments in nominalizations (Alfa: 51/2007)* a partir de uma apresentação na *12th International Conference on Functional Grammar*, realizado aqui em São José do Rio Preto, que reuniu os principais pesquisadores da corrente funcionalista holandesa, já trabalhando na versão repaginada da Gramática Discursivo-Funcional. Pode-se dizer que esse número especial da *Alfa*, reunindo os textos apresentados no congresso, colocou definitivamente essa revista no mapa da linguística internacional.

Em *Valência do nome deverbal e nominalidade prototípica (D.E.L.T.A.: 23/2007)*, desenvolvi a hipótese de que os nomes verbais preservam a estrutura argumental do verbo *input* correspondente e que a especificação ou não dos argumentos no interior do termo nominal depende de um conjunto de fatores semânticos e pragmáticos, especialmente relacionados à informação de curto prazo compartilhada pelos participantes da interação. Essa hipótese já estava sendo desenvolvida no projeto original encaminhado ao CNPq em 2002. Como implicação teórica, a análise preserva a ideia de que há um processo gradual de descategorização verbal que se reflete nos diferentes tipos de marcação gramatical. Conforme o predicado verbal ganha estatuto nominal, as marcações tipicamente oracionais dão lugar a outros mecanismos, como marcação argumental por preposição, modificação por adjetivo, uso de pronomes possessivos, que acompanham apropriadamente um núcleo nominal.

Esse esforço conjunto de pesquisa, patrocinado por duas agências científicas, desaguou em minha tese de livre-docência como um rio caudaloso que, nos tempos de chuva, arrasta os sedimentos depositados à sua margem pela seca. Esse rio

desembocou também em bons afluentes, na medida em que colaborou para o desenvolvimento acadêmico da aluna Liliane Santana, com quem publiquei em coautoria o artigo *A expressão argumental dos nomes deverbais* (*Estudos Linguísticos*: 33/2004), desde a Iniciação Científica à tese de doutorado em andamento,⁵⁹ com um pouso provisório em Portugal para um estágio de bolsa sanduíche sob a supervisão de John Lachlan Mackenzie.

Logo que retornei de Amsterdã, fui convidado para participar de congressos científicos para tratar, como conferencista, dos conhecimentos adquiridos. Recém chegado ao Brasil, proferi conferência no Seminário do GEL realizado em 2005 sobre o tema *Gramática, formalização e discurso*. Este texto, publicado depois com o mesmo título (*Estudos Linguísticos*: 35/2006), apresenta uma retrospectiva da Teoria da Gramática Funcional com o objetivo específico de mostrar que a nova arquitetura, denominada Gramática Discursivo-Funcional, representa um avanço significativo para o enfoque funcionalista. Discuto inicialmente o sistema de representação formal e a relevância do sistema notacional para caracterizar a organização em camadas da oração, dando especial atenção, em seguida, à preservação do princípio, na nova versão, de que a gramática é um instrumento de interação social.

Concluo que a GDF é um exemplo de modelo comprometido com a orientação funcional com o objetivo explícito de construir um sistema de representação formal. Esse sistema de representação formal, caracterizado pela introdução de variáveis, níveis e módulos de representação, está diretamente envolvido com a necessidade de caracterizar a função comunicativa da linguagem, integrando, portanto, aspectos comunicacionais na própria arquitetura do modelo formal. Um dos maiores êxitos do programa holandês se assenta precisamente no fato de que tem sido capaz de integrar considerações funcionais e comunicativas na própria arquitetura do modelo sem renunciar a certo grau de formalização.

Outro convite que aceitei foi participar de um congresso na Universidade Federal de Goiânia, apresentando uma conferência sobre o tema *Funcionalismo holandês: da gramática funcional à gramática funcional do discurso*, que, posteriormente foi publicada

⁵⁹ SANTANA, L. *A gradiência entre construções encaixadas nominais e verbais*. 2005. Tese (Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

com o mesmo título em revista mantida por aquela instituição (*Signótica*/ed.esp: 2/2006). Também esse texto apresenta uma retrospectiva da Teoria da Gramática Funcional, com o objetivo específico de mostrar que o novo modelo, denominado Gramática Discursivo-Funcional é o sucessor da GF, mas não um substituto completo. Com efeito, retém, por um lado, a força original da GF mediante a combinação de neutralidade tipológica e rigor formal; expande, por outro, o escopo da GF, sem deixar de levar rigorosamente a sério os princípios já estabelecidos de adequação pragmática e psicológica, ao esclarecer a relação entre a instrumentalidade do sistema linguístico em criar e manter relações comunicativas (adequação pragmática), e obedecer a restrições cognitivas gerais sobre a produção e a interpretação do discurso (adequação psicológica).

O aparecimento de uma notação formalmente mais sofisticada não implica mudança radical nos compromissos cruciais da GF. Pelo contrário, a GDF, apesar da sofisticação notacional que a sustenta, é ainda basicamente uma teoria não-transformacional de gramática, mediante a qual expressões linguísticas são geradas por regras de expressão operando sobre representações subjacentes; estas, por sua vez, identificam relações funcionais entre itens lexicais embutidos em camadas hierarquicamente organizadas. A continuidade entre a fase nova e a anterior da GF não deve obscurecer as discontinuidades relevantes, que, segundo Anstey (2004: 45),⁶⁰ caracterizam a nova arquitetura, ou seja, a mudança de centro do predicado para a pragmática e a ramificação da representação subjacente tradicional nos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático.

Em termos institucionais, outra meta importante do estágio de pós-doutorado foi a de adquirir experiência significativa com os estudos tipológicos para implementá-los, a médio prazo, como linha de pesquisa no Programa de Pós-Graduação, a que também se acha vinculado o Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional; a primeira etapa para o cumprimento desse programa envolveu a formulação de um projeto sobre orações relativas aplicado à análise de línguas nativas da Amazônia brasileira.

⁶⁰ ANSTEY, M. Functional grammar from its inception. In MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (Ed.), *A new architecture for Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p.23-72.

Este projeto planejado para encerrar-se em fevereiro de 2009, tem por principal objetivo o estudo das estratégias de relativização com o objetivo específico de descobrir as motivações funcionais subjacentes à relação entre as estruturas morfossintáticas usadas para codificar a estrutura relativa e as situações conceituais que elas expressam.

A análise aqui proposta segue as mesmas linhas dos estudos recentes sobre aspectos particulares da subordinação, como o de Noonan (1985)⁶¹ e dos trabalhos recentes envolvendo subordinação de uma perspectiva tipológica (Cristofaro 2003)⁶². O universo de investigação consiste numa amostra de 18 línguas, selecionadas de acordo com o método proposto em Rijkhoff et alii (1993)⁶³. Esse método foi projetado para maximizar o grau de diversidade linguística no procedimento de amostragem, mas o número reduzido de gramáticas descritivas das línguas nativas do Brasil permite apenas uma aplicação parcial dessa técnica de constituição de *corpus*.

Na realidade, meu interesse pelo estudo tipológico se iniciou antes do estágio de pós-doutorado, mais especificamente com a visita de Kees Hengeveld a este campus em julho de 2004, quando coordenou dois *workshops* sobre Tipologia e sobre Modalidade como parte do programa do II Jornada de Estudos Funcionalistas do GPGF. O objetivo do *workshop* sobre tipologia, de que participei, foi, num primeiro momento, dar um treinamento básico em pesquisa tipológica, desenvolvendo o nível interpessoal da Gramática Discursivo-Funcional, com especial atenção para a expressão de diferentes tipos de ilocução. O resultado foi a elaboração de um trabalho coletivo, intitulado *Basic illocutions in the native languages of Brazil*, publicado num volume especial da revista *Alfa* sobre o Nível Interpessoal.⁶⁴

Os estudos sobre tipologia linguística, completados no grupo de estudos de que participei, propiciaram-me condições para iniciar uma nova linha de pesquisa que, a médio prazo, deverá ser implantada no programa de Pós-Graduação em Estudos

⁶¹ NOONAN, M. Complementation. In: SHOPEN T. (Ed.) *Language typology and syntactic description*. Cambridge: University Press, 1985. p. 42-140. V. 2: Complex constructions.

⁶² CRISTOFARO, S. *Subordination*. Oxford: University Press, 2003.

⁶³ RIJKHOFF, J. et al. A method in language sampling. *Studies in language*. V. 17, p. 169-203, 1993.

⁶⁴ HENGEVELD, K.; CAMACHO, R. G. et alii. Basic illocutions in the native languages of Brazil. *Alfa - Revista de Linguística*. São Paulo, v. 51, p.73-90, 2007.

Linguísticos deste campus. O primeiro passo para essa empreitada, suas raízes fincadas no estágio de pesquisa no exterior, é a elaboração de um projeto em equipe sobre subordinação a ser desenvolvido pelos membros do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional e terá como objetivo de descobrir as motivações funcionais subjacentes à relação entre as estruturas morfossintáticas usadas para codificar estruturas relativa, substantivas e adverbiais e as situações conceituais que elas expressam, tendo por material um *corpus* formado por dados das variedades de português que representará a lusofonia.

O GPGF está inscrito no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e tem a coordenação de Erolde Goreti Pezatti. Desponta como núcleo de pesquisa emergente, preocupado com a investigação de orientação funcionalista, especialmente a desenvolvida pela escola holandesa. Dois pontos essenciais identificam os pesquisadores do grupo: em primeiro lugar, a concepção de linguagem como um instrumento de comunicação e de interação social e, em segundo lugar, o estabelecimento de um objeto de estudos que não admite separações entre sistema linguístico e uso.

Não será essa a primeira vez que o grupo de pesquisa atua em equipe na resolução de um problema teórico. Está em preparação para ser publicado o trabalho *Preposições: gramaticais ou lexicais?* resultado do Projeto de Pesquisa denominado *As Preposições no Português do Brasil, do Ponto de Vista da GDF*.

Esse trabalho partiu do pressuposto de que a GDF distingue na estrutura das expressões linguísticas, elementos lexicais e gramaticais. Os gramaticais refletem os vários operadores e funções que se aplicam aos diferentes níveis e camadas das estruturas subjacentes, enquanto os elementos lexicais são distinguidos em *Núcleo* e *Modificador*. Estudando as preposições locativas no inglês, Mackenzie (1992)⁶⁵ distingue um pequeno conjunto de preposições, que ele considera itens gramaticais (*at, from, via, to, towards*), que representam, respectivamente, a realização das funções semânticas *Locação, Origem, Percurso e Proximidade*; todas as outras, segundo ele, constituem preposições lexicais, sendo, então, consideradas predicados de um lugar, estocados no léxico.

⁶⁵ MACKENZIE, J. L. English spatial prepositions in Functional Grammar. *Working Papers in Functional Grammar*. n. 46, 1992.

Keizer (2007),⁶⁶ por outro lado, considera que todas as preposições são elementos lexicais, o que, segundo ela, explica o fato de as preposições e sintagmas preposicionais terem a função de atribuir propriedades, poderem ser modificados e seus argumentos não precisarem necessariamente ser expressos.

A hipótese que mobiliza o trabalho do grupo é a de que, em português, algumas preposições constituem predicados monovalentes enquanto outras funcionam como marcadores de funções semânticas. Aquelas constituem itens lexicais e estas constituem operadores gramaticais, que marcam no Nível Morfossintático as funções semânticas argumentais e não argumentais. Se a hipótese se confirmar, a distinção entre gramática e léxico pode desencadear consequências teoricamente relevantes para a adequada descrição do sistema de adposição do português brasileiro, já que é possível observar comportamentos linguísticos peculiares desses elementos: quando em adjunção, constituem elementos lexicais, ou seja, preposições, encabeçando a construção sintática; quando, no entanto, têm função puramente relacional, ou seja, operadores ou partículas gramaticais, comportam-se como elementos que se colocam em posição pós-nuclear.

Esse trabalho foi apresentado tanto no 15º Congresso da ALFAL no interior da Comissão de Pesquisa Gramática do Português, que coordeno, e *13th International Conference on Functional Grammar*, realizado em Londres sob o título de *Portuguese prepositions: grammatical ou lexical elements?*

Já que soltei um fio, vou tentar atá-lo à tessitura geral destas memórias já cheias de pontos desalinhavados. Desde o 14º Congresso da ALFAL, realizado em Monterrey, no México, em 2005, exerço a função de coordenador da Comissão de Pesquisa “Gramática do Português”, que tem um enfoque funcionalista. Como se trata de um Projeto de Pesquisa, seu objetivo não é fornecer apenas uma descrição do uso efetivo, mas um conjunto de proposições que sirva de orientação sobre os recursos disponíveis ao falante comum.

Assim, toda a reflexão sobre fenômenos particulares deve dirigir-se para a discussão da relação entre a “autoridade dos fatos”, própria de uma descrição científica

⁶⁶ KEIZER, E. *English prepositions in FDG*. Texto apresentado no ICFG12, no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP/SJRP, 2007.

e o “fato de autoridade”,⁶⁷ próprio de uma gramática de referência. Os pesquisadores engajados devem orientar-se sempre, em primeiro lugar, pela pergunta seguinte: como a descrição e a explicação teoricamente fundamentadas que se fazem na universidade podem transformar-se num discurso sobre as regras efetivamente em uso? E, em segundo lugar, pela seguinte pergunta: em que grau aspectos relevantes da descrição do fenômeno abordado está próximo ou distante do modo tradicional de descrição das gramáticas puramente prescritivas em uso no ensino escolar?

Outro aspecto a destacar é que a atividade de pesquisa deve mobilizar um quadro de referência que privilegie as orientações sobre o ensino da língua portuguesa contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa,⁶⁸ dentre as quais se destacam o conceito de linguagem como atividade discursiva, o texto como unidade de ensino e a noção de gramática como conhecimento do falante.

Essa ampliação da competência discursiva não se restringe à discussão de um conhecimento gramatical que basta a si próprio, como que reduzido apenas à identificação e ao reconhecimento de conceitos, relações e categorias gramaticais, ou, dito em outros termos, de uma mera metalinguagem descritiva. A realização de uma atividade de natureza reflexiva supõe um aporte teórico que conduza à reflexão sobre a forma pela qual a seleção dos recursos expressivos reflete as condições de produção do discurso e as restrições impostas pelo gênero e pelo suporte. Isso significa que a reflexão linguística, aqui também, centra o foco mais na produção linguística do que no produto em si.

3. Fechando para balanço

Fazendo uma avaliação mais subjetiva do aparato teórico-metodológico que vim assumindo, vejo que o funcionalismo, mas, sobretudo, a Teoria da Gramática Funcional e sua descendência mais direta, a Gramática Discursivo-Funcional foi, como na música de Paulinho da Viola, um rio que passou em minha vida. Contudo, diferente

⁶⁷ FRANÇOIS, D. A noção de norma em linguística. Atitude descritiva. Atitude prescritiva. In: MARTINET, J. *Da teoria linguística ao ensino da língua*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979. p. 87-97.

⁶⁸ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997. 144 p.

da música, não sei ao certo se foi meu coração ou minha razão que se deixou levar, talvez ambos. O certo é que, com a visita em diferentes oportunidades de linguistas holandeses do porte de Kees Hengeveld e John Lachlan Mackenzie, os principais mentores do novo projeto teórico, o que havia sido um leve namoro durante a fase de pesquisa no PGPF acabou em casamento mais sério do que eu poderia supor.

Tudo leva a crer que, no início de tudo, após o casamento com a teoria variacionista, estava a necessidade de lidar com alternativas morfossintáticas que são entidades funcionalmente comparáveis muito mais que simples variantes linguísticas. Para continuar tratando-as como variantes seria necessário estreitar o conteúdo das expressões linguísticas que se identificaria com a noção de valor de verdade, ponto de vista defendido por Weiner e Labov (1983),⁶⁹ em sua consideração de ativas e passivas sem agentes como variantes de uma mesma variável.

Garcia (1985)⁷⁰ teceu fortes críticas à noção de escolha, implicada na visão de Weiner e Labov. Um dos objetivos desses autores é apresentar um estudo quantitativo dos fatores que determinam a preferência na seleção de construções passivas sobre as ativas por falantes do inglês e esclarecer a questão qualitativa crucial de que traços sintáticos e que traços semânticos do contexto determinam a escolha entre as duas alternativas.

Para Garcia (1985), a falta de clareza de Weiner e Labov (1983) sobre o conceito de “escolha linguística” estaria supostamente arraigada na visão de língua que eles compartilham, identificada por Garcia como um comportamento governado por regras. Dessa perspectiva, a tarefa do linguista deveria ser somente descobrir e descrever as regularidades ocultas que “governam” o aparente caos e o grau de arbitrariedade do uso de uma língua, uma visão que é altamente compatível com o desejo variacionista de assumir a equivalência linguística de diferentes expressões e distribuir as formas governadas por regras em categóricas e variáveis.

É justamente esse postulado que, segundo Garcia esvaziaria o termo *escolha* de conteúdo linguístico. O que seria, portanto, sistemática e significativamente

⁶⁹ WEINER, E. J, LABOV, W. Constraints on the agentless passive. *Journal of Linguistics*. v. 19, p. 29-58, 1983.

⁷⁰ GARCÍA, E. C. . Shifting variation. *Lingua*, v. 67, p. 189-224, 1985.

abandonado nos estudos variacionistas na década de 80 é justamente o valor comunicativo das alternativas envolvidas, a diferença que elas fazem para o que se diz quando se escolhe uma forma em vez de outra.

A posição de que alternativas gramaticais implicam escolhas significativas foi talvez o primeiro motivo que fez mudar o curso de meu rio, levando-o a desembocar inevitavelmente em águas funcionalistas. Depois novas nascentes se juntaram, e a escolha pelo modelo da Gramática Discursivo-Funcional talvez seja, a essas alturas, mais ou menos definitiva. É com esse olhar que uma das cabeças de Jano encara o futuro.

Sobre a pesquisa, penso que realizei um relato mais ou menos circunstanciado dos caminhos pedregosos e íngremes que precisei trilhar para ganhar alguma maturidade na área; tenho consciência, entretanto, de que maturidade, de algum modo, pode implicar unanimidade. Na realidade, como pesquisador, a única certeza que me resta é a de que a caducidade e, por isso mesmo, a substituição das ideias é um dos atributos essenciais da ciência. Não se faz pesquisa para angariar acordo, mas para pôr, no mercado das ideias científicas, o melhor produto de nosso esforço de pesquisa, como apenas uma alternativa mais, cuja validade merece ser avaliada pelos pares. Não me aferrei ao paradigma em que recebi a primeira formação, e os que se apegam a um único e mesmo paradigma não percebem a verdade dialética segundo a qual a perenidade de uma hipótese reside em sua própria condição de caducidade.

A eternidade de um paradigma consiste em sua relativa eficácia enquanto permanecer válido e ainda no próprio instrumento que possibilita o surgimento de outros que o substituem. Ao perder a validade, por força da própria transformação da realidade que suscita, uma hipótese condiciona o surgimento de outra, transmite-se nesta e, de alguma forma, nela se conserva e é por isso que sua caducidade equivale a sua perenidade.⁷¹

A linguística, assim como as demais ciências, está em constante atividade renovadora, e, ao pôr constantemente em relação dialética os antagonismos, abre um clima salutar de debate, que elege uma hipótese hoje para desconstruí-la amanhã. Com

⁷¹ Cf. PINTO, A.V. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

essas ideias sobre minha própria atividade de pesquisador, ponho as pulsões do Id sob as rédeas curtas do Superego.

IV. Pelos meandros da Universidade

A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber diante da religião e do Estado, portanto na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão.

Por isso mesmo, a universidade européia tornou-se inseparável das idéias de formação, reflexão, criação e crítica. Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela, a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como idéia reguladora, nem pôde furtar-se a responder, afirmativa ou negativamente, ao ideal socialista (Marilena Chauí).⁷²

1. Nas trilhas da docência

Os três pilares que sustentam a atividade acadêmica, pelo menos para quem, como eu, logo de início da atividade docente, já ingressou no regime jurídico do RDIDP, são a docência, a pesquisa e a extensão.

Para não deixar ponto sem nó, resta-me tratar, então da docência e da extensão. Sou docente de disciplinas básicas da área de linguística ambas dirigidas ao curso de Licenciatura em Letras, Fundamentos da Linguística e Sociolinguística. Paralelamente, sou corresponsável com o Prof. José Horta Nunes, da disciplina Teoria da Linguagem no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e responsável solitário pela disciplina Variação e Mudança Linguística.

Não sei se há muito a dizer sobre isso, mas um aspecto merece algum espaço neste relato: a experiência acumulada por ministrar anos a fio a mesma disciplina poderia conduzir o docente à estagnação, fazendo-o perder no horizonte da resignação a ligação sempre desejável entre docência e pesquisa.

No entanto, é curioso que o estar no mundo da Universidade decorre do trabalho de docência, razão de ser do professor, mas a investigação científica, razão de ser do pesquisador, é tão relevante que acaba por envolver e determinar o trabalho de

⁷² CHAUI, M. A Universidade Operacional. *Caderno Mais. Folha de S. Paulo*, 9 de maio de 1999.

docência. É essa relação de mão dupla que conduz a uma renovação contínua das disciplinas: a formação do profissional de Línguas na Universidade fica diretamente relacionada com a constante renovação dos conceitos e dos paradigmas teóricos.

Por conseguinte, a docência não se identifica com as águas paradas de um lago tranquilo, mas com a turbulência de um rio em queda livre. No trabalho de docência, resignar-se e fechar-se no seu próprio paradigma sem dar uma olhada no que acontece à volta é uma atitude, de certo ponto, imoral em relação aos compromissos com a ciência.

Em minha própria experiência de aluno tive um processo de formação conceitual sobre a linguagem sob o viés teórico do estruturalismo, que era, por assim dizer, a linguística. Ainda que seja totalmente impensável deixar de lado os conceitos saussurianos num curso de Letras, é também totalmente inadmissível pensar que neles se esgota o trabalho de formação de um futuro professor de língua portuguesa. A visão imanentista de linguagem, que está no estruturalismo e no gerativismo, é um enredo que deve ser desenvolvido num curso de Letras, sem deixar de contar, entretanto, as outras histórias que entrecruzam com ele.

O curso de Fundamentos de Linguística procura repassar a noção de que, como fenómeno complexo que é, a linguagem não se esgota no nível morfossintático em si mesmo: muitos fenómenos formais estão sujeitos a injunções dos níveis interpessoal e representacional. O correlato desse curso na pós-graduação – Teoria da Linguagem – passa a mesma ideia, mas não desenvolve conceitos básicos, trata justamente dos principais paradigmas que regem a pesquisa linguística.

O curso de Sociolinguística da graduação está mais voltado ao ensino da língua materna, mais especificamente ao desenvolvimento de conceitos em torno da relação entre norma e diversidade. Já o curso de Variação e Mudança Linguística, do Programa de Pós-Graduação está mais circunscrito à teoria laboviana em função do carácter mais estreito e aprofundado que um curso desse nível exige. A divisão social do trabalho na linha de pesquisa em Variação e Mudança Linguística tem, portanto, uma vertente baseada na teoria da gramaticalização, uma vertente baseada na linguística histórica e uma vertente baseada na teoria variacionista. Por esta é que sou responsável.

2. Nos labirintos da atividade burocrática

A área da administração contém um enredo realmente minimalista em minha história acadêmica. Com efeito, o cargo mais recente que ocupei foi fazer parte do Conselho do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, mas acumulei outras funções administrativas, como o de chefe de departamento (em três gestões) e o de coordenador e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. É, sobretudo, para a própria criação desse programa que se voltou minha principal atividade administrativa, que tem mais de acadêmica que de administrativa.

O meu nome esteve fortemente ligado a dois momentos cruciais do programa: a preparação de uma proposta de pós-graduação na área, que salvo melhor juízo, foi concluída com a implantação em 1998, e a justificativa para o funcionamento do curso de doutorado, elaborada em 2004, com aprovação concluída em 2005, ano de ingresso da primeira turma.

O programa, cuja proposta coordenei, estabeleceu uma organização altamente consistente de áreas e linhas, que são diretamente derivadas dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos docentes; não menos consistentemente, na proposta, essas áreas e linhas convergem harmoniosamente para um rol de disciplinas capaz, por sua vez, de iniciar a formação especializada de pesquisadores.

O Pós-Graduação direciona seu programa de ensino e pesquisa para duas áreas interligadas de concentração: a de Análise Linguística e a de Linguística Aplicada. Uma característica que identifica o programa é a vocação natural de pesquisa de seus docentes, voltada para uma perspectiva textual-discursiva no estudo da linguagem, o que significa necessariamente levar em conta os interlocutores e o contexto social em que estes se inserem. Deve-se entender-se por “contexto social” as determinações microdiscursivas que definem escolhas no nível da sentença e do texto e as determinações macrodiscursivas, que definem a formação discursiva e socioideológica dos interlocutores.

Nesse aspecto, o programa está alinhado com as concepções de linguagem, língua e discurso adotadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais,⁷³ o que implica necessariamente um compromisso social com a linguagem e o uso, e um compromisso científico da pesquisa, em nível de pós-graduação, com os princípios que regem o ensino na graduação. Com efeito, lê-se nos PCNs que, por realizar-se na interação verbal dos interlocutores, a linguagem não pode ser compreendida, sem que se considere o seu vínculo com a situação concreta de produção. É com essa concepção de linguagem que se identifica, desde o início, tanto a área de Análise Linguística quanto a de Linguística Aplicada.

Vale lembrar que, salvo as reorganizações sempre necessárias e desejáveis, como desmembramento de linhas, criação de novas linhas, conforme o processo de renovação do quadro docente com o credenciamento de novos pesquisadores, a proposta pedagógica mantém-se até hoje praticamente inalterada. O grau de consistência pode ser medido até pelo número de vezes em que serviu de modelo a outras tantas propostas que foram depois submetidas à CAPES, de que resultou certo grau de proliferação de novos programas de “Estudos Linguísticos”.

Essa concepção acadêmica do programa e a quantidade regularmente distribuída do número de mestres que já formou não parecem constituir critérios suficientes para garantir uma avaliação mais positiva do programa no sistema nacional de avaliação patrocinado pela CAPES.

A coordenação do programa tem promovido reuniões e assembleias de docentes para tentar resolver como melhorar os índices de avaliação, principalmente os relacionados ao corpo docente, à produção intelectual e à inserção social. É curioso que as soluções visam à melhoria de índices quantitativos, que é como uma série de aspectos de ordem qualitativa acaba sendo representada nos documentos do sistema nacional de avaliação patrocinado pela CAPES.

É necessário assinalar que, quando propomos esse tipo de solução, somos cúmplices acrílicos de um processo muito redutor com uma visão mercadológica do conceito de autonomia universitária, que merece alguma reflexão neste espaço.

⁷³ Op. cit., nota 67.

A reforma do estado brasileiro, segundo Chauí (1999)⁷⁴, pretendeu modernizar e racionalizar as atividades estatais, redefinidas em setores. Um desses setores, que inclui saúde, educação e cultura, é o de serviços não exclusivos do estado, assim denominados por serem executados geralmente por instituições não estatais. Com base no pressuposto ideológico de que o mercado é portador de racionalidade sociopolítica, a reforma encolheu o espaço público democrático dos direitos e ampliou o espaço privado não só nas atividades ligadas à produção econômica, mas também onde a privatização seria inadmissível, ou seja, o espaço dos direitos sociais conquistados.

A posição da universidade no setor de prestação de serviços confere um valor muito determinado à ideia de autonomia universitária, que passou a não se restringir à gestão do orçamento, mas a implicar a noção de gerenciamento empresarial da instituição. Prevê-se, nesse caso, que, para cumprir as metas e atingir os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade tem autonomia para captar recursos de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas, ideia que culminou com a instalação de fundações em todas as instituições, cuja autonomia facilita o fluxo da captação e da destinação de recursos.

Seguindo a argumentação de Chauí, a “flexibilização” é o próprio corolário da “autonomia”: “flexibilizar” significa eliminar o regime único de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por “contratos flexíveis”, isto é, temporários e precários; etapa que as universidades paulistas viveram, particularmente a UNESP na gestão anterior.

A “qualidade”, definida como competência e excelência, é medida pela produtividade orientada por critérios de quantidade, tempo e custo, e a pergunta pela produtividade não indaga o que se produz, como se produz, para que ou para quem se produz, mas opera uma inversão tipicamente ideológica da qualidade em quantidade. Quando nos inserimos nessa lógica, o que fazemos não é refletir sobre os métodos de combatê-la, mas refletir, com toda a cumplicidade que essa ação produz, sobre o controle possível dos critérios de quantidade em proveito da produtividade do programa.

⁷⁴ Op. Cit., nota 71.

Há cerca de dez anos, a UNESP entrava claramente nesse processo de competição, tentando criar mecanismos de flexibilização que garantissem uma ampliação da captação de recursos, e o espelho em que se mirou foi o da UNICAMP.

No plano particular, dos departamentos e dos docentes que o compõem, a competição acaba sendo a luta pela sobrevivência individual, sem nenhuma consideração pelo contexto maior. Como nas leis do comércio, é no varejo, como alega Fiorin (1999),⁷⁵ que testemunhamos a concorrência acirrada, às vezes mesmo mesquinha, por uma bolsa, uma auxílio, sem muita preocupação com o sentido do trabalho na área. Nessa ocupação com a miudeza da concorrência acadêmica, o valeduto prevalece: vale desprestigiar áreas concorrentes, vale desqualificar os que pensam diferentemente, vale lutar, enfim, por um espaço a qualquer preço.

Em sua lucidez de sempre, Florestan Fernandes reafirma a carência de diálogo entre gerações e membros da mesma geração da universidade. Alega que o intelectual brasileiro é uma espécie de esquerdista invertido porque o esquerdista gosta de combater o companheiro. Essa condição ultrajante, em que cada um é uma ilha, acaba por tornar-se algo angustiante, por converter o intelectual num elemento dependente de sua própria profissão e de sua própria realização, como mais um elo no complexo de dominação cultural: “Satisfeita a dominação cultural” arremata Fernandes, ele não existe como pessoa e, principalmente, não tem importância como intelectual”.⁷⁶

A necessidade premente de publicar para não perecer vem desaguando num conjunto cada vez maior de textos ligeiros, cuja qualidade surpreende os assessores mais flexíveis dos conselhos editoriais de editoras e revistas. Waters mostra, com meridiana clareza, como esse problema já afetou as condições de pesquisa da Universidade americana. Também lá os órgãos científicos de avaliação dão maior importância ao número de livros publicados do que a sua utilidade para a ciência. Conforme a insignificância e a pretensão ganham *status* pelo mero fato de estarem encadernados, mas deixam-se esvaír progressivamente os elos entre pensamento e

⁷⁵ FIORIN, J. L. Desafios e perspectivas da pesquisa em Letras e Linguística na construção do Mercosul. *Boletim ABRALIN*, n. 24, p. 9-29, 1999.

⁷⁶ FERNANDES, F. O renascimento da universidade. In: D'INCAO, M. A. (Org.) *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora UNESP, 1987. p. 311

erudição, por um lado, e o trabalho de edição, por outro, quando se publica praticamente de tudo para ser produtivo sob o risco da baixa qualificação.⁷⁷

Como foi possível passar da ideia da universidade como instituição social à sua definição como organização prestadora de serviços? Responde Chauí que a forma atual do capitalismo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas da luta de classes. A sociedade aparece como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares, competindo entre si.

A passagem da universidade da condição de instituição à de organização se insere nessa mudança geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma de capital, e ocorreu em duas fases sucessivas, também acompanhando as sucessivas mudanças do capital. Numa primeira fase, tornou-se universidade funcional; na segunda, universidade operacional.

A universidade funcional estava voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão de obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Já a universidade operacional, regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos.

Segundo Chauí,⁷⁸ a fragmentação da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insensato de horas-aula, a redução drástica do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade das publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. A fragmentação, condição de sobrevivência da organização, propõe a especialização como estratégia principal e entende por pesquisa a delimitação estratégica de um campo de intervenção e controle. É evidente que a avaliação desse trabalho só pode ser feita em termos compreensíveis para uma

⁷⁷ WATERS, L. *Inimigos da esperança*. Publicar, perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

⁷⁸ Op. cit. nota 71.

organização, isto é, em termos de custo-benefício, pautada pela ideia de produtividade, que avalia em quanto tempo, com que custo e quanto foi produzido.

Qualquer semelhança com a natureza especializada dos projetos de pesquisa, com o encurtamento do prazo de conclusão de teses e dissertações e com a quantificação da produção científica não é mera coincidência.

Refletindo sobre o enfrentamento desses problemas, acho que a saída está na própria essência da área, que é o tratamento com a linguagem. Trabalhamos diretamente com o sentido e, mesmo quando nos voltamos para a forma, o que buscamos é elucidar os significados da linguagem. Quem trabalha com as diversas manifestações da linguagem não pode se limitar simplesmente a uma concepção bancária da pesquisa, mas deve ampliar suas buscas, para procurar o efeito de sentido das ações políticas que muitas vezes não têm qualquer efeito de sentido para nós mesmos.

O que fazer diante da globalização do processo econômico de produção e de circulação de mercadorias, que passou a submeter à lógica do mercado também a circulação de bens simbólicos e culturais? Penso que seria imperioso criar um projeto de universidade que envolva a concepção de uma forma de coligação que desafie a hegemonia do mercado de globalização e conseqüentemente do pensamento único. Esse objetivo tem a ver com o fato de que, em sua lógica ocidentalista, as redes internacionais de produção de conhecimento afastam conhecimentos produzidos em outros centros periféricos, apesar de seu ideal de serem internacionais e de considerar o mundo globalizado (Moita Lopes, 2006, p. 88).⁷⁹

Uma das propostas que formam esse projeto de resistência, que, em minha opinião, tem a ver com o papel da Universidade, é a questão, proposta por Moita Lopes (2006) de pensar o mundo por um olhar não-ocidentalista, o que significaria, no plano mais miúdo, criar uma ética de investigação para a Linguística que envolva crucialmente um processo de renarração ou redescrição da vida social tal como se

⁷⁹ MOITA LOPES, L. P. Linguística aplicada e vida contemporânea. Problematização dos contratos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

apresenta, o que está diretamente relacionado também à necessidade de compreendê-la.

3. A extensão de serviços com os tentáculos da vida acadêmica

Sou pouco afeito ao oferecimento de projetos verdadeiros de extensão. Na realidade, toda vez em que me vi envolvido com o terceiro pilar que sustenta a universidade pública – o da extensão de serviços à comunidade – a enxerguei sob a perspectiva da carreira científica: na realidade, como uma extensão natural dos resultados que ia obtendo com o processo de pesquisa, o mesmo critério que se aplica à docência, conforme já mencionado.

Vale recuperar um fio dessas memórias, o que se confina com o início de minha vida acadêmica, o período que medeia o mestrado e o doutorado. Nessa fase, minha preocupação principal incidia sobre como lidar com a contradição entre norma e diversidade no ensino da língua materna. Além de ter escrito o artigo *A variação linguística* para a antiga CENP, já mencionado antes, desenvolvi pesquisas que me forneceram subsídios para ministrar uma grande série de cursos de extensão para professores de ensino fundamental da rede pública nos anos 80.

Quando o interesse dos professores discentes começou a recair não mais sobre o conteúdo do curso, mas sobre o atestado de conclusão como critério de recontagem de pontos para a carreira profissional, desisti definitivamente de continuar a atuar nesses programas de formação. Mas não desisti de falar em várias oportunidades sobre a contribuição da linguística para o ensino da língua materna, quase sempre sob o viés variacionista.

Outra consequência inevitável das linhas de pesquisa que desenvolvo como docente e pesquisador - Descrição Funcional de Língua Falada e Língua Escrita e Variação e Mudança Linguística – está nos numerosos concursos públicos em que atuei como membro de banca examinadora, juntamente com provas de qualificação, defesas de mestrado e de doutorado. Uma extensão de serviços que é nada menos nada mais que o braço poderoso da pesquisa estendendo tentáculos sobre outros domínios.

Na área acadêmica, atuei algum tempo como membro da Comissão Editorial da *Alfa* e depois como o próprio Editor. Nesse cargo, a meio caminho entre o administrativo e acadêmico, inaugurei com o volume 36/1992 uma nova fase da persistente trajetória dessa revista, que teve seu início em 1962 na extinta Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, atualmente um campus da UNESP. Defendia, nessa ocasião, uma nova proposta de pauta, com um núcleo temático, que coincidia também com um perfil gráfico renovado. Iconicidade entre forma e função? Muitas águas já rolaram desde então e a revista é agora publicada eletronicamente (razões financeiras derivadas no neoliberalismo econômico?), mas mantém a linha editorial de dispor de núcleos temáticos em números especiais.

Essas atividades acadêmico-administrativas são, a meu ver, a forma mais legítima de extensão de serviços. Nesse âmbito ainda, fui, por duas vezes, membro da Diretoria do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Na primeira vez, na gestão 85-87, atuei como Tesoureiro, sob a presidência do já falecido Prof. Ermínio Rodrigues. Nessa tempo, organizávamos dois seminários anualmente, embora de dimensão muito mais reduzida do que os que temos hoje. Na segunda vez, na gestão 1997-1999, atuei como Presidente. Essa segunda gestão organizou dois seminários: a edição 46^a do encontro foi realizada em São José do Rio Preto e a edição 47^a, realizada em Bauru.

Já vivíamos a essa época o crescimento meio desordenado das reuniões científicas, que hoje assusta as novas diretorias. Afinal de contas, a demanda por produtividade acirra a competição entre os pesquisadores mais jovens, que lutam por um espaço na universidade pública. A disputa por um lugar ao sol requer um nível de produtividade que seja compatível com os critérios quantitativos estabelecidos pela universidade operacional.

É curioso que, quando foi lançada a pedra inaugural do GEL, em 1969, em reunião convocada por Isaac Nicolau Salum, discutiu-se a ideia sugerida por Ataliba Teixeira de Castilho da constituição de um grupo informal de pesquisadores. Como a Linguística havia sido incluída, apenas em 1962, como disciplina regular no currículo de Letras, o principal objetivo da associação era compartilhar conhecimentos sobre o estudo e o ensino da linguística, promover a veiculação de informação científica e

desenvolver projetos comuns de pesquisa. Aprovada a ideia, elegeu-se a primeira Diretoria, capitaneada pelo Ataliba, tendo Cidmar Teodoro Pais como Secretário, e Francisco da Silva Borba, como Tesoureiro.

Logo em seguida, na década de 70, os seminários do GEL se tornaram o reflexo da ampliação da pesquisa motivada pelo surgimento e pela expansão dos programas de pós-graduação. Dos textos de divulgação de conhecimentos, que deram partida às atividades iniciais, os seminários passaram a incluir sessões de comunicações. A demanda por pesquisa em equipe refletiu-se, depois, no aumento progressivo de sessões de comunicações coordenadas e de grupos de trabalho, iniciadas em 1982 no 25º Seminário realizado em Campinas.

Ao longo de sua trajetória, as associações científicas assimilaram o paradigma gerativista que, varria do cenário científico o descritivismo exageradamente distribucional de algumas tendências do estruturalismo, que vigorava até a década de 70. Não passou muito tempo para que os congressos – não somente os do GEL, mas também os da ABRALIN e da ANPOLL - refletissem o surgimento de novos referenciais teóricos, trazidos pelo Funcionalismo renascido, pela Linguística Textual, pela Análise do Discurso, pela Sociolinguística, pela Psicolinguística, pela Análise da Conversação.

Nessa passagem, pode-se dizer que o sistema gramatical, aparentemente impenetrável em sua solidez e consistência, desestabilizou-se, abrindo-se inevitavelmente para a materialidade irrecusável do discurso, e a sintaxe, antes considerada impermeável, viu-se invadida pelas motivações semânticas e pragmáticas.

A principal consequência do aumento de quantidade foi a demanda por qualidade, que restringiu a publicação aos textos aprovados por membros *ad hoc* do conselho editorial, instalado no GEL a partir de 1995 e, depois, para os textos da própria apresentação com base na submissão de resumos. Outra consequência da demanda por espaço de divulgação foi a restrição da iniciação científica à apresentação de painéis. Um procedimento necessário para ser possível lidar com essa enorme demanda foi o uso de mecanismos eletrônicos para a inscrição e a publicação dos trabalhos com a extensão das possibilidades de aplicação, operada pela área de informática.

É falso pressupor que a ampliação dos espaços acadêmicos para a divulgação da pesquisa científica tenha sido apenas um mero subproduto dos critérios de produtividade. Na realidade, representou também um grande crescimento do sistema nacional de pós-graduação, aliado com a oferta de bolsas de iniciação científica. Em algum momento do sistema, essas duas pontas - a iniciação científica e a pós-graduação - se encontram para fomentar não só quantitativa, mas também qualitativamente, a produção científica.

Esse crescimento representou também a ampliação da oferta de publicações e a demanda por auxílio científico nas agências de fomento. Na área da divulgação científica, tenho atuado como membro do conselho editorial de algumas revistas, como a *Alfa*, *Revista do GEL*, *Intercâmbio*, *Estudos Linguísticos* ou na assessoria *ad hoc* de revistas como a *D.E.L.T.A.* ou da Editora da UNESP na avaliação de livros submetidos à publicação. Na área das agências de fomento, tenho atuado como assessor científico da FAPESP, do CNPq e da CAPES, além de outras agências internas, como a FUNDUNESP, que só apoia a pesquisa produzida na própria universidade.

Desde 2007, sou membro da Coordenação da área de Letras e Linguística da FAPESP, tarefa que me lisonjeia, por um lado, mas, que, por outro, me põe sobre os ombros um pesado fardo de responsabilidade ética. Como a avaliação opera com um sistema de arbitragem por pares, é sempre delicado lidar com as paixões para o bem e para o mal que governam a atividade de pesquisa. Minha atuação como editor da *Alfa* já me havia familiarizado com as decisões a tomar diante da disparidade de avaliações aplicáveis ao mesmo texto.

O sistema de avaliação por pares não deixa de ser passível de críticas, mas o horizonte da pesquisa científica não fornece outro mais viável com que contar. Algumas distorções decorrem da tendência positiva ou negativa em relação a certos temas, dos conflitos de interesses e enfrentamentos pessoais, originados na própria paixão que conduz os seres humanos e os desvia da imparcialidade necessária que deveria nortear o trabalho científico.

Para fazer face às distorções, o sistema introduz vários mecanismos e procedimentos para contorná-las ou minimizá-las. Costuma-se solicitar declarações de isenção de conflitos de interesses dos avaliadores, encaminhar critérios norteadores do

juízo, ampliar o número de árbitros, submeter o mesmo texto a pelo menos dois avaliadores e, sobretudo, garantir aos proponentes a possibilidade de recorrer. Além desses parâmetros, os processos de avaliação são garantidos por um caráter confidencial e anônimo.

Nenhum parâmetro ou critério objetivo retira uma dose de subjetividade da análise e certa margem de erro, mas há uma grande convergência moral dos pares para a correção do processo e o acerto nas indicações. Além do mais, sempre se instaura um processo de debate científico quando se assegura o direito do recurso e é justamente esse debate que torna mais instigante o processo de avaliação científica.

Afinal de contas, já há divergência nos princípios fundadores da teoria: qual é afinal o objeto de estudos da linguística? O sistema categórico de regras sintáticas interiorizado na mente do falante, que não admite a heterogeneidade, ou se a admite, ela fica limitada à execução do sistema, nos limites do irrelevante? Ou é esse mesmo sistema, atuando como mais um nível de análise, tão importante como outros, que permitem identificar as exigências das dimensões pragmática e semântica? O que se faz, como avaliador, com os excessos da linguagem que teimosamente transbordam dos limites impostos pelo axioma da categoricidade, e se difundem também pela formação social e pela formação ideológica? São indagações abertas que rondam o espectro do fazer científico e se infiltram nos meandros da avaliação.

V. Fechando a narrativa: o Ego refratado

Sem memória esvai-se o presente que simultaneamente já é passado morto. Perde-se a vida anterior. E a interior, bem entendido, porque sem referências do passado morrem os afectos e os laços sentimentais. É a noção do tempo que relaciona as imagens do passado e que lhes dá a luz e o tom que as datam e as tornam significantes, também isso. Verdade, também isso se perde porque a memória, aprendi por mim, é indispensável para que o tempo não só possa ser medido como sentido (José Cardoso Pires).⁸⁰

Por certo este Memorial não se assemelha a uma melodia, como na poesia que o abre, mas tem a interferência dos dedos noturnos de Mnemósine, evocados nos vazios da memória, nos espaços intersticiais em que o Id se abriga confortavelmente.

Assim, se o mito é, antes de tudo, uma manifestação do ser, é bem provável que o modo aqui selecionado pelo sujeito para manifestar a dimensão científica do objeto nem sempre ousou revelar o conteúdo dos porões sombrios da mente, nem sempre permitiu livre acesso aos dedos noturnos de Mnemósine.

A memória está no passado trazido à tona pela recordação gravada pelo Ego, como uma valorização sempre presente do que fomos, ou do que nos permitirmos ter sido. Está também no que no que ficou depositado no Id, justamente o que de terrível Ego tem para temer. Nesse caso, o leitor tem aqui o que o Ego permitiu expor, um ser narrativo que assumiu deslavadamente o conforto de eleger os temas e discuti-los com a objetividade que permitem as razões subjetivas mais recônditas.

Os eventos que este texto permitiu iluminar ficam limitados ao conforto do que o futuro ainda nos reserva de promissor para sermos capazes sempre de preservar a esperança que Pandora fechou num jarro, liberando a Humanidade da rotina aborrecida do Paraíso e, ao mesmo tempo, do jugo dos Deuses.

Ao me instaurar como sujeito enunciativo desse ato, que traz junto de si o efeito perlocutório de engendrar meus feitos como na narrativa mítica, as escolhas que fiz,

⁸⁰ PIRES, J. C. *DE PROFUNDIS, Valsa Lenta*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. p. 25.

como sujeito da enunciação, representam, em grande parte, as escolhas que fiz como objeto do enunciado. Mas se o Ego espelha o Id, ao fazê-lo também o refrata, pois, ao impor a estas memórias uma ilusão da objetividade, o efeito de sentido é a deformação da imagem que o viés subjetivo impõe aos fatos.

A contradição que a natureza destas memórias impõe de me situar dolorosamente diante de mim mesmo, longe de ser esse trabalho penoso que parece, constitui também uma ação lúdica, o mesmo efeito que tem o prestidigitador ao iludir o olhar da plateia num gesto rápido e, ao mesmo tempo, contido.

Fazendo um balanço, posso afirmar que, contemplar-me como objeto de enunciado e instituir-me como autor (autor defunto?) permitiram-me também a possibilidade de contemplar todo o passado (a face de Jano virada para trás). Nessa situação de contemplação, pude constatar, enfim, com a relativa clareza de cegos como Tirésias (mais cego é Édipo), que o mesmo ser iniciando a escalada da ladeira íngreme se identifica agora com o ser atingindo o topo.

Concluo que o ser não muda, mas apenas se reatualiza miticamente. Em meu caso pessoal, esse axioma se comprova na mesma capacidade de indignação diante das diversas formas de preconceito linguístico, aliada com certa dose de incorformismo epistemológico, que, primeiramente, me conduziu para a teoria variacionista e, depois, para a funcionalista.

Essa constatação me dá a força necessária para continuar mirando o futuro com a mesma determinação (e certo temor) do jovem iniciante que pensava carregar o mundo nos ombros, e este Memorial, já identificado com Mnemósine, identifica-se agora com Jano, o deus dos portais e transições.

Esta narrativa, que tem a dimensão simbólica no meu próprio imaginário de me situar para mim mesmo, põe-me ainda diante de um derradeiro, mas inevitável enigma: valeu a pena ser quase *gauche* na vida acadêmica, ao identificar-se mais com a periferia do que com a centralidade do objeto da linguística? A resposta é positiva, principalmente se, nesse ponto de transição de minha carreira acadêmica, o futuro continuar a reservar-me novos desafios, que exigirão ainda escolhas inéditas e, conseqüentemente, reatualizações do mesmo ser que, espero, sempre surja renovado em permanente incorformismo.